

02/10/2019

Grande Imprensa

VALOR ECONÔMICO - SP

[O pior ministro](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Adesão a escolas militares](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[15 estados e DF fazem adesão a projeto de escolas militares do governo Bolsonaro](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O 'Mapa do Trabalho Industrial'](#)

[15 Estados e DF aderem às escolas cívico-militares](#)

O GLOBO - RJ

[LIMITE SALARIAL](#)

[Coordenadora de escola do RS vence Educador Nota 10](#)

[Quinze estados e DF querem aderir a programa de escolas cívico-militares](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[USP terá centro de inteligência artificial](#)

[Farra do ensino a distância em pedagogia preocupa](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida](#)

TERRA

[Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida](#)

AGÊNCIA ESTADO

[TCU apura indícios de irregularidade sob Temer](#)

R7

[Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida](#)

TERRA

[TCU apura indícios de irregularidade sob Temer](#)

Agências de notícias e sites

ANDIFES

[UFMG e PBH avaliam parceria para financiar bolsas de pesquisa](#)

G1

[UFU, UFTM e IFTM recebem parte de recursos que estavam bloqueados pelo MEC](#)

GAZETA WEB

[Ministério da Educação libera para a Ufal R\\$ 14 mi que estavam contingenciados](#)

LE MONDE DIPLOMATIQUE

[A destruição da educação, da ciência e da cultura pelo governo Bolsonaro](#)

[A educação merece mais](#)

SUL21

['UFRGS na rua' e greve de 48 horas: comunidade acadêmica se mobiliza contra cortes](#)

[Pós-graduandos farão greve nesta quarta-feira contra cortes na pesquisa](#)

G1

[Após MEC anunciar liberação de verba, reitor da UFBA diz que valor não é suficiente:](#)

[Vamos continuar brigando](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Verba de R\\$ 7,9 bilhões para universidades em 2020 depende de aval do Congresso](#)

[Reitores comemoram desbloqueio de verbas do MEC](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

O pior ministro

Contingenciamento é corte de orçamento. Descontingenciamento é reposição, total ou parcial, do corte feito. Administrar as verbas na boca do caixa é uma arte, mas não é plano de governo, projeto de país, medida ou ação, muito menos em áreas sensíveis ao conhecimento, à ciência. O ministro da Educação acertou quando chamou o corte o que aplicou a algumas universidades mas errou, quando advertido, ao tentar vincular não mais o corte, mas o contingenciamento, às universidades de cujo corpo discente desaprova a forma de viver. Esta semana o ministro errou de novo, uma constante em sua gestão, ao fazer um auê, como se fosse mérito seu, para anunciar parte da parte da reposição das verbas orçamentárias para universidades, e parte, da parte, da parte, das verbas de bolsas de pós-graduação da **Capes**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/coluna/o-pior-ministro.ghtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Adesão a escolas militares

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem a adesão de 54 escolas públicas em quinze estados mais o Distrito Federal ao modelo de militarização de escolas públicas. Segundo o Ministério da Educação, todas as regiões do país terão estabelecimentos de ensino cívico-militares. O orçamento previsto é de R\$ 54 milhões para cada estabelecimento.

Todos os estados do Centro-Oeste, Norte e Sul aderiram ao modelo, mas nas demais regiões somente Ceará e Minas Gerais participarão. O Ministério da Educação vai abrir um novo período de adesão, para municípios, dos dias 4 a 11 de outubro. O objetivo é militarizar 216 escolas públicas até 2023.

A proposta é distribuir R\$ 1 milhão por escola, no próximo ano, para que seja feito pagamento de pessoal, melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e outras intervenções necessárias.

Os militares das Forças Armadas selecionados serão do quadro da reserva e receberão adicional de 30%, além dos vencimentos como aposentados. A duração mínima do serviço é de dois anos e a máxima, de 10 anos. Os estados poderão destinar militares dos Bombeiros e policiais para apoio.

“A gente pensa que é uma coisa rígida, severa, dura, pelo contrário, as crianças têm um sentimento de coleguismo, de amizade, uma segurança. A criança fica mais segura de si. Vocês precisam ver como é bonito uma escola cívico-militar, é muito fraternal”, disse o ministro.

Entretanto, na avaliação de Catarina de Almeida Santos, professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, as questões escolares vão muito além de militarizar ou não as escolas e começam pela garantia de uma sociedade segura. “É preciso garantir a segurança em todos os lugares. Não é colocando a polícia que vai resolver os problemas da escola,

pois ela (a escola) está inserida em um contexto geral. Além disso, mesmo que seja um ex-professor de escola militar, ele precisa se adaptar a um contexto civil”, explicou.

Para Catarina, a disciplina aplicada pelos policiais corresponde ao trabalho deles, e não ao de um ambiente escolar. “A violência nas escolas é reflexo do que acontece na sociedade. Militarizar as escolas é dizer que a família não tem a competência de exercer o seu papel, e a polícia vai fazer isso”, afirmou.

*Estagiária sob supervisão de Cláudia Dianni

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**15 estados e DF fazem adesão a projeto de escolas militares do governo Bolsonaro
O MEC prevê gastar R\$ 54 milhões para implementar projeto piloto em 54 escolas
Brasília**

Quinze estados e o Distrito Federal fizeram a adesão ao projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL) para implementar escolas militares. Na região Sudeste, a mais rica do país, somente Minas Gerais declarou interesse.

O modelo das escolas cívico-militares, como são chamadas pelo MEC (Ministério da Educação), prevê a atuação de equipe de militares da reserva (seja policiais, bombeiros ou membros das Forças Armadas) na administração da escola.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/15-estados-e-df-fazem-adesao-a-projeto-de-escolas-militares-do-governo-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O ‘Mapa do Trabalho Industrial’

Ele dá a medida das dificuldades que os trabalhadores terão com as novas tecnologias.

Elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Mapa do Trabalho Industrial dá a medida das dificuldades que os trabalhadores com carteira assinada terão de enfrentar para se manter em seus empregos, por causa das transformações tecnológicas.

Ao todo, o País terá de qualificar cerca de 10,5 milhões de trabalhadores para o setor industrial, entre 2019 e 2023. Só no Estado de São Paulo, mais de 3,3 milhões de trabalhadores em ocupações industriais nos níveis técnico e superior precisam de cursos de formação continuada.

Desse total, três quartos já estão empregados. O quarto restante necessita de formação inicial para entrar no mercado de trabalho e ocupar vagas novas ou, então, substituir os profissionais que adoecem ou se aposentam.

As áreas que exigem mais capacitação de profissionais com formação técnica são de logística e transporte, metalmeccânica, eletroeletrônica e informática. São áreas que necessitam de trabalhadores com qualificação interdisciplinar e múltiplas habilidades.

Segundo o Mapa, entre as ocupações no nível técnico que mais vão exigir profissionais

com essa formação em todo o Estado de São Paulo estão preparadores e operadores de máquinas-ferramenta e mecânicos de manutenção de máquinas industriais. No nível superior, a ocupação com maior demanda de capacitação no Estado é de analista de tecnologia da informação, seguida de gerente de produção, engenheiro civil, engenheiro mecânico, engenheiro de produção, engenheiro ambiental, profissionais de planejamento e gerente de segurança.

Elaborado a partir de estimativas sobre o comportamento da economia brasileira, que vem registrando um crescimento muito baixo e aponta uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) para 2020, o levantamento do Senai prevê a demanda de formação profissional para suprir as necessidades da indústria e seu impacto no mercado de trabalho nas diferentes unidades da Federação, entre 2019 e 2023.

Além de mostrar que as transformações tecnológicas estão mudando a vida de quem já está no mercado de trabalho, o estudo revela que a necessidade de formações tradicionais vem perdendo espaço e que novas profissões vão surgindo no setor industrial. Destaca ainda que, acompanhando a tendência mundial, as novas profissões estão vinculadas aos avanços da tecnologia de informação e automação de processos.

São profissões que exigem sólida formação em matemática e física, disciplinas em que o desempenho dos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio ao longo das últimas décadas tem sido sofrível, como revelam as sucessivas edições do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, em inglês), que é promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“É importante olhar para o hoje e para o futuro. É preciso repensar as escolhas de profissão, acompanhar as tendências e se aperfeiçoar. Mas a baixa qualidade da educação básica interfere e atrapalha o processo de escolha das profissões. Muitas vezes, o estudante tem dificuldade de aprender matemática básica na escola e com isso acaba descartando as profissões que exigem esse conhecimento”, afirma Márcio Guerra, gerente de Estudos e Prospectiva da Diretoria de Educação e Tecnologia da CNI.

O Mapa do Trabalho Industrial elaborado pelo Senai reforça o que tem sido constatado por entidades empresariais e por organizações não governamentais do setor educacional. Ou seja, que o problema da má qualidade do sistema de ensino brasileiro não está na escassez de recursos, mas, sim, na falta de gestão e de planejamento. Se esse gargalo não for superado, o Brasil corre o risco de ficar fora das cadeias globais da produção – advertem, com razão, essas entidades.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

15 Estados e DF aderem às escolas cívico-militares

Quinze Estados e o Distrito Federal aderiram ao piloto do Programa de Escolas Cívico Militares do Ministério da Educação. Lançada em setembro, a proposta prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades. O projeto abre agora nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em Estados que não se manifestaram. O projeto piloto prevê a instalação de 216 escolas no modelo até 2023. Hoje, são 54. O orçamento previsto para a atividade em 2020 é de R\$ 54 milhões, 1 milhão por unidade que aderir.

topo ↗

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE LIMITE SALARIAL

USP, Unicamp e Unesp brigam por aumento de teto para conter saída de professores SÃO PAULO

As três universidades estaduais de São Paulo querem rediscutir o teto salarial dos professores no estado para conter a debandada de profissionais para universidades particulares e federais. O teto de rendimento dos docentes nessas instituições segue o salário do governador, atualmente fixado em R\$ 23.048,59. Nas federais e em alguns estados, chega a R\$ 39 mil, equiparado a salários de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — referência para o teto do funcionalismo público federal. Caso essa diferença de cerca de 40% não seja reduzida, os reitores de USP, Unicamp e Unesp temem que a saída de profissionais de seus quadros seja agravada.

O teto voltou a ser destaque neste semestre, quando as universidades começaram a cortar os salários que estavam acima do valor fixado em lei. Ao menos 1,2 mil professores da ativa tiveram parte de seus ganhos reduzidos nas três escolas. Na USP, houve casos em que a redução chegou a R\$ 5 mil. Outros 1.427 aposentados dessas três instituições também foram afetados pelos cortes.

— É evidente que um teto de R\$ 23 mil no Brasil é um salário alto, mas estamos falando de uma carreira extremamente qualificada, de 20 anos de formação do profissional que dedicou a vida ao ensino público. Precisamos atrair e manter as pessoas boas, e não incentivar uma fuga de cérebros para outros locais—afirma o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

Knobel pontua que o teto paulista é o mais baixo do país. Os maiores tetos das universidades estaduais estão hoje no Espírito Santo, Pará, Paraná, Rondônia e Tocantins, proporcionais aos rendimentos dos ministros do STF. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o teto é R\$ 36.064, equiparado ao salário de um desembargador.

Para o reitor da Unesp, Sandro Valentini, a tendência é que áreas mais aquecidas, como Medicina, Economia e Engenharia, percam cada vez mais profissionais interessados na vida acadêmica em São Paulo:

— Estamos comparando coisas incomparáveis, uma carreira em que é preciso demonstrar mérito com o subsídio de um governador —critica Valentini.

PROMOÇÃO 'ARCAICA'

É o caso do professor de economia do Insper (instituição de ensino superior e de pesquisa sem fins lucrativos), Fabio Sanches, de 40 anos. Após dar aulas em tempo integral na USP por quatro anos, saiu quando recebeu propostas de escolas particulares. Ele pondera, entretanto, que o teto salarial não é o único entrave ao professor universitário estadual:

— As promoções nas universidades estaduais não dependem, por exemplo, de quantos artigos estamos publicando em revistas científicas. É necessário fazer vários concursos

internos para se promover, e isso é uma coisa arcaica. É como se a publicação fosse diluída em provas.

O teto remuneratório em São Paulo está determinado na Constituição Estadual de 1989, que diz que nenhum salário, incluindo gratificações e bonificações, deve ultrapassar o do governador. As três estaduais têm autonomia financeira de gestão, e o orçamento é financiado com parte da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Os salários superiores ao teto eram pagos a docentes que tinham mais tempo de casa ou recebiam bonificações, por exemplo.

No entanto, de acordo com as reitorias, os valores passaram a ser revistos após pressão do Tribunal de Contas do Estado, além de recorrentes multas aplicadas diretamente no nome dos reitores e da não homologação no TCE-SP de aposentadorias acima do teto. Segundo Knobel, também houve receio de os professores terem de devolver, de forma retroativa, os valores recebidos além do novo limite.

Segundo Vahan Agopyan, reitor da USP, pedir demissão era algo atípico na universidade, mas está cada vez mais frequente.

— Em 44 anos que estou aqui, nem 10% pediram demissão. Recentemente, começaram a pedir mudança de dedicação, sendo que na USP ficavam até se aposentar. Teve uma debandada muito grande, e muitos foram para instituições particulares.

Em nota, o governo de SP informou que “leva em conta o equilíbrio financeiro das contas estaduais e a lei de responsabilidade fiscal” para decidir sobre o aumento do vencimento do governador. Afirmou, ainda, que o governo “compreende e valoriza” os professores universitários e que “respeita a autonomia das universidades e não interfere na gestão administrativa, pedagógica e financeira”.

Entre janeiro e setembro deste ano, 39 docentes pediram demissão das três escolas. Em todo o ano passado, foram registradas 57 demissões. As aposentadorias não compulsórias, ou seja, antes dos 75 anos, somam 346 de janeiro a setembro de 2019, contra 380 em todo o ano passado.

“Um teto de R\$ 23 mil é um salário alto, mas estamos falando de uma carreira _ qualificada” Marcelo Knobel, reitor da Unicamp

“Teve uma debandada muito grande, e muitos foram para instituições _ particulares” Vahan Agopyan, reitor da USP

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Coordenadora de escola do RS vence Educador Nota 10

Gestora de instituição municipal em Novo Hamburgo, Joice Lamb afirma ter aprendido a ouvir professores e alunos

A gestora escolar Joice Lamb, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, é a vencedora do Prêmio Educador Nota 10 deste ano. Com o projeto “Aprender e compartilhar”, a educadora reforça a importância de enxergar as necessidades da escola como um todo, levando em consideração alunos, professores e pais.

“Hoje sou mais consciente da importância de cada um no processo educativo. Aprendi a

ouvir professores e alunos e a tentar transformar essas falas em ações, e as ações, em projetos”, disse, ao receber o prêmio, na noite de anteontem, em São Paulo.

Para a educadora da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Adolfinia J.M. Diefenthäler, o projeto busca desenvolver ações que reduzam as dificuldades dentro do ambiente escolar.

— Em 2012, era uma escola que tinha muitos problemas de vandalismo. Os jovens de 14 anos, por exemplo, que ainda estavam atrasados no fundamental, não conseguiam se expressar, e acabavam fazendo isso nas paredes. A nossa primeira ação foi voltada para dar voz a todo mundo. Temos assembleias mensais onde todos podem se expressar e contar o que incomoda, para procurarmos juntos soluções.

CONVIVÊNCIA

A escola também é responsável pelo #foradacaixa, um projeto em que alunos de diferentes idades participam de atividades juntos. Neste ano, foi criado o recreio compartilhado, em que alunos de diferentes idades convivem no intervalo das aulas.

— A escola fica toda aberta, e os alunos podem ir aonde quiserem. Biblioteca, mesa de pingue-pongue, conversar com professores. São 780 alunos, dos 4 aos 14 anos.

O prêmio Educador Nota 10 reconhece professores, coordenadores e gestores de escolas públicas e privadas do país que tenham experiências pedagógicas de destaque nas escolas em que lecionam.

Dez trabalhos foram escolhidos entre 5 mil inscritos no 22º Prêmio Educador Nota 10. A láurea, de R\$ 15 mil, é uma iniciativa da Fundação Victor Civita, em parceria com Abril, Globo e Fundação Roberto Marinho.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Quinze estados e DF querem aderir a programa de escolas cívico-militares MEC escolherá 54 instituições para implementar nova gestão, por R\$ 54 milhões anuais; no Sudeste, apenas Minas Gerais sinaliza interesse, e Ceará é único representante do Nordeste
BRASÍLIA

Quinze estados e o Distrito Federal decidiram aderir ao programa de escolas cívico-militares lançado pelo Ministério da Educação (MEC). O balanço foi divulgado ontem pelo ministro Abraham Weintraub. No Nordeste, o Ceará surpreendeu a pasta e foi o único a demonstrar interesse. No Sudeste, apenas Minas Gerais pediu para fazer parte do programa. Todos os estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul aderiram ao projeto.

O plano do MEC é implementar o modelo cívico-militar em escolas que já existem, levando homens da reserva das Forças Armadas para atuar nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa. Para isso, o governo federal aplicará R\$ 1 milhão em cada uma das 54 escolas pilotos, que ainda não foram escolhidas, mas que já devem funcionar no novo modelo a partir de 2020.

Para o projeto, o governo federal destacou uma verba de R\$ 54 milhões anuais, que será utilizada para pagar os salários dos militares que irão trabalhar nas instituições. A informação é do próprio MEC, em resposta a um questionamento feito pelo site Fiquem Sabendo, por meio da Lei de Acesso à Informação.

‘ERRO DE DIAGNÓSTICO’

O cálculo, explicou a pasta, foi feito considerando a necessidade de 18 militares para uma escola de mil alunos. Desses, um seria um oficial de gestão escolar (oficial superior), um oficial de gestão educacional (oficial subalterno/intermediário) e 16 monitores (1º sargento ou suboficial ou subtenente).

Os municípios dos 11 estados que não manifestaram interesse podem encaminhar novo pedido, mas será mais difícil, segundo a pasta. A preferência será dos municípios cujos estados se manifestaram. O prazo para as prefeituras começa na próxima sexta-feira e vai até 11 de outubro.

— É um programa muito importante. Tem uma demanda muito grande da população. As pesquisas mostram que mais de 80% das famílias querem que os filhos estudem em uma escola cívico-militar. Eu diria que, toda vez que visito uma escola, fico encantado com o que vejo lá. A gente imagina que é uma coisa rígida, severa, dura. Pelo contrário, as crianças têm um sentimento de coleguismo, amizade. É muito fraternal — argumentou o ministro.

O objetivo é transformar 216 escolas, até 2023, em cívico-militares. Atualmente, o país tem 214 unidades funcionando nesse modelo, sem o auxílio do governo federal. O MEC afirma, em vídeos promocionais, que as escolas cívico-militares têm desempenho 20% mais alto do que as civis — que, somadas, chegam a 68 mil unidades. Mas educadores contestam o modelo. Segundo eles, não há evidências concretas de que esse tipo de instituição impulse bons resultados em termos de aprendizagem. Além disso, a medida seria uma política pontual, que atingiria poucos alunos:

— É um erro de diagnóstico gigantesco. O MEC tem que cortar programas importantes, que têm comprovação de que trazem resultado, e está investindo num caminho sem evidência nenhuma. É uma escolha de motivação puramente ideológica — diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

O MEC argumenta, em um relatório, que a participação de militares na educação básica acontece no Brasil há 25 anos “afim de garantir aos alunos um ensino fundamental e médio de qualidade, fundamentado em valores como: patriotismo, civismo, respeito aos símbolos nacionais, noções de hierarquia e de disciplina, valorização da meritocracia e outros”. Ainda de acordo com o documento, eles atuarão na função de tutoria (junto aos profissionais) e monitoria (junto aos alunos), e sua presença não implica a substituição do corpo docente nem dos demais profissionais da educação.

*Estagiário, sob orientação de Eduardo Bresciani

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

USP terá centro de inteligência artificial

Consórcio liderado pela universidade venceu edital da IBM com a Fapesp

Um consórcio liderado pela Universidade de São Paulo (USP) saiu vitorioso no edital da IBM com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para a criação de um Centro de Inteligência Artificial no Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/02/usp-tera-centro-de-inteligencia-artificial.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Farra do ensino a distância em pedagogia preocupa

Priscila Cruz, do Todos pela Educação, defende fim do ensino a distância para professor e nota de corte no Enem

A proliferação do ensino a distância nos cursos de pedagogia e a falta de ação do Ministério da Educação (MEC) para coibir isso é hoje o sinal mais preocupante das políticas públicas na área, diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/02/farra-do-ensino-a-distancia-em-pedagogia-preocupa.ghtml>

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida **Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar de uma expedição na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.**

No verão austral 2019/2020, o Brasil deverá realizar a 38ª Operação Antártica (Operantar XXXVI), expedição de pesquisa na Antártida, que vem ocorrendo desde 1982, como parte do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Como raríssimas vezes aconteceu, no entanto, os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos pelo atual governo federal nas áreas de ciência e educação colocam em risco a continuidade do trabalho dos cientistas brasileiros naquelas paragens geladas.

Iceberg de 315 bilhões de toneladas se desprende da Antártida

Marinha prevê inaugurar estação na Antártica em 2020, oito anos após incêndio

Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar da Operantar XXXVI, na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.

Uma vastidão deserta e gelada de 14 milhões de quilômetros quadrados - uma vez e meia a área do Brasil -, onde a temperatura pode chegar a quase 90°C negativos, com ventos de mais de 320 quilômetros por hora, e praticamente sem chuvas poderia ser considerada apenas uma região inóspita e estranha, de interesse para poucos, como aventureiros, amantes de boas fotos, de pinguins e das esquisitices do planeta Terra. É um grande engano.

"Apesar de ser mais conhecida pela presença de gelo e neve, a Antártida possui complexos ecossistemas, muito deles pouco conhecidos e até alguns ainda desconhecidos", diz o pesquisador Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto MycoAntar do Proantar, que estuda

fungos com possíveis propriedades medicinais.

De acordo com ele, esses ecossistemas abrigam seres vivos únicos e adaptados às condições extremas da região e que estão isolados geograficamente do restante do planeta. "Em outras palavras, a Antártida possui uma biodiversidade pouco conhecida pela ciência", explica. "Por estarem sem contato com o mundo de fora, esses organismos, representados por animais, plantas e principalmente pelos micro-organismos, têm o potencial de produzirem substâncias de interesse em processos biotecnológicos."

Eles podem ser comparados a fábricas vivas, capazes de produzir diferentes substâncias bioativas, entre as quais muitas com diferentes atividades biológicas.

"Em 12 anos de pesquisas, nosso grupo já descobriu espécies selvagens de fungos produtores de substâncias antimicrobianas, antivirais (contra o vírus da dengue), tripanossomicida (que atuam contra o Trypanossoma cruzi, o agente causador da doença de Chagas) e pesticidas (capazes de inibir outros fungos e ervas daninhas para a agricultura)", conta Rosa. "Ou seja, as atividades científicas do Proantar têm grande potencial para contribuir com o setor produtivo do Brasil e na medicina, por exemplo."

Importância climática global

O glaciólogo Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional, lembra outro aspecto que reforça a importância das pesquisas na Antártida. De acordo com ele, o continente tem papel fundamental nas correntes marítimas e no clima de todo o mundo, que por sua vez influenciam, por exemplo, a riqueza marinha e o desempenho agrícola. "As regiões polares são tão importantes quanto os trópicos no sistema ambiental global", garante.

Isso ocorre, de acordo com ele, porque a circulação atmosférica e oceânica e, conseqüentemente, o sistema climático terrestre, decorre da transferência de energia dos trópicos para as regiões polares. "Os processos que lá ocorrem nos afetam e vice-versa", explica.

"As frentes frias, por exemplo, que podem chegar até o sul da Amazônia, são geradas no Oceano Austral. Graças às pesquisas antárticas, vamos melhorar a previsão do tempo no Brasil, essencial se quisermos aumentar nossa produtividade agrícola e diminuir o custo social de desastres climáticos. Por isso, insisto na frase, na qual o brasileiro ainda não está condicionado a pensar: a Antártida é tão importante quanto a Amazônia para o meio ambiente planetário."

Mas não é só isso. Além da importância científica, há um aspecto geopolítico que o Brasil não pode menosprezar. A Antártida possui a maior reserva de água potável do mundo e certamente pode ter riquezas minerais embaixo do manto de gelo eterno, que em alguns lugares pode chegar a 5 km de espessura.

Hoje, é o único continente que não pertence a nenhum país. Para que algumas nações no futuro tenham o direito de explorar essas riquezas, foi assinado em 1959, por 44 países, o Tratado da Antártida, que regulamenta todas as atividades no continente e estabelece

que ele deve ser usado apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O documento, que entrou em vigor em 1961, foi assinado pelo Brasil em 1975, inicialmente como membro aderente. O país só iniciou suas pesquisas no continente gelado, no entanto, no verão austral de 1982/1983, com a Operação Antártica I.

Direito a voto e veto

O principal resultado dessa primeira expedição foi a aceitação do Brasil, em 12 de setembro de 1983, como membro consultivo do tratado, ou seja, com direito a voto e veto, privilégio apenas de outros 28 países. "Para garantir esse direito, o Artigo IV do Tratado, estabelece que os países devem realizar pesquisas contínuas e significativas na Antártida", diz o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília (UnB), que realiza pesquisa no continente há 6 anos. "O que a falta de recursos pode colocar em risco."

Com esse objetivo o Brasil construiu a EAFC, inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, no Arquipélago das Shetlands do Sul, ao norte da Península Antártica.

Inicialmente ela possuía oito módulos, semelhantes a containers, número que chegou a 62, com instalações relativamente confortáveis, com compartimentos de tamanhos variados, entre eles 13 laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas, além de alojamentos que podiam acomodar até 58 pessoas, biblioteca, sala de computadores, enfermaria e um pequeno centro cirúrgico, sala de ginástica e até oficinas de veículos.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012 ela foi destruída por um incêndio, que começou às 2h da madrugada e matou dois militares, que tentavam apagar o fogo. Uma nova base foi construída, que deverá ser inaugurada em janeiro do ano que vem. Ela já está praticamente pronta, tem 4,5 mil metros quadrados e é uma das mais modernas da Antártida.

A nova EACF terá 17 laboratórios, ultrafreezers para armazenamento de amostras coletadas pelos pesquisadores, além de alojamentos e espaços de convivência e de lazer e poderá abrigar até 65 pessoas.

Não basta, no entanto. Ela por si só não garante as pesquisas brasileiras na Antártida. São necessários recursos para financiá-las. Caso contrário, há o risco de ter uma base, mas não estudos na Antártida. Daí a preocupação da comunidade científica com os cortes orçamentários.

"No ano passado, foi aberto um edital de R\$ 18 milhões para pesquisa científica, alardeado como o maior dos últimos anos", conta Câmara. "Esse valor deveria bancar as atividades por quatro anos, o que daria cerca de R\$ 4,5 milhões por ano." Esse montante foi reduzido, no entanto. "Com a mudança de governo, imediatamente R\$ 2 milhões não foram aplicados", diz Câmara.

"Seriam bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que já estavam empenhadas. "Até hoje não entendi o que aconteceu com elas. Minha melhor explicação é que elas simplesmente sumiram, deixando o edital com

apenas R\$ 16 milhões da noite para o dia. As bolsas são fundamentais para o andamento do projeto, em particular para formação de recursos humanos e evitar fuga de cérebros."

Além disso, continua Câmara, recentemente as demais bolsas foram contingenciadas (menos R\$ 3,7 milhões), causando um prejuízo ainda maior.

"O alardeado edital de R\$ 18 milhos agora está em cerca de R\$ 12 milhões, o que dá cerca de R\$ 3 milhões por ano para apoiar 17 projetos. Ou seja, estamos novamente em situação de penúria, na qual há o risco de paralisação das pesquisas antárticas por falta de recursos."

Programa brasileiro na Antártica pode parar por falta de verba, diz líder de expedições
Edital

Procurado pela BBC Brasil, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e Comunicações (MCTIC) não respondeu diretamente as questões que lhe foram enviadas. Por meio de sua assessoria de imprensa, enviou uma nota padrão, na qual cita o edital de R\$ 18 milhões, ao qual se referiu Câmara. Acrescenta ainda recursos liberados em anos anteriores a 2018, no valor total de R\$ 5,5 milhões, que já foram gastos.

O texto reconhece que "por enquanto não há previsão de novos recursos". A nota diz ainda que "é importante ressaltar o apoio continuado do MCTIC ao Proantar e a consideração do Ministério pela ciência antártica e a eficiente e comprometida condução pela comunidade acadêmica envolvida no Programa. São anos em que, apesar das restrições fiscais, o Proantar tem se mantido ininterrupto".

Para a comunidade científica é pouco. "A situação pode ser pior a médio e longo prazo para a pesquisa antártica em 2020, pois o governo sinalizou cortes ainda mais profundos em pesquisa e educação", lamenta Rosa.

"O Proantar terá suas atividades científicas comprometidas, o que pode gerar prejuízos imensuráveis em termos da participação do Brasil no Tratado Antártico, no qual tem direito a voto sobre o futuro de cerca de 10% do mundo, a Antártida. Vale ressaltar que em nenhum outro fórum mundial o país tem tal prestígio e poder de voto, com o mesmo peso dos Estados Unidos, da Rússia e da China por exemplo."

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida
Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar de uma expedição na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.**

No verão austral 2019/2020, o Brasil deverá realizar a 38ª Operação Antártica (Operantar XXXVI), expedição de pesquisa na Antártida, que vem ocorrendo desde 1982, como parte do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Como raríssimas vezes aconteceu, no entanto, os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos pelo atual governo federal nas áreas de ciência e educação colocam em risco a continuidade do trabalho dos cientistas brasileiros naquelas paragens geladas.

Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar da Operantar XXXVI, na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.

Uma vastidão deserta e gelada de 14 milhões de quilômetros quadrados - uma vez e meia a área do Brasil -, onde a temperatura pode chegar a quase 90°C negativos, com ventos de mais de 320 quilômetros por hora, e praticamente sem chuvas poderia ser considerada apenas uma região inóspita e estranha, de interesse para poucos, como aventureiros, amantes de boas fotos, de pinguins e das esquisitices do planeta Terra. É um grande engano.

"Apesar de ser mais conhecida pela presença de gelo e neve, a Antártida possui complexos ecossistemas, muito deles pouco conhecidos e até alguns ainda desconhecidos", diz o pesquisador Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto MycoAntar do Proantar, que estuda fungos com possíveis propriedades medicinais.

De acordo com ele, esses ecossistemas abrigam seres vivos únicos e adaptados às condições extremas da região e que estão isolados geograficamente do restante do planeta. "Em outras palavras, a Antártida possui uma biodiversidade pouco conhecida pela ciência", explica. "Por estarem sem contato com o mundo de fora, esses organismos, representados por animais, plantas e principalmente pelos micro-organismos, têm o potencial de produzirem substâncias de interesse em processos biotecnológicos."

Eles podem ser comparados a fábricas vivas, capazes de produzir diferentes substâncias bioativas, entre as quais muitas com diferentes atividades biológicas.

"Em 12 anos de pesquisas, nosso grupo já descobriu espécies selvagens de fungos produtores de substâncias antimicrobianas, antivirais (contra o vírus da dengue), tripanossomicida (que atuam contra o *Trypanosoma cruzi*, o agente causador da doença de Chagas) e pesticidas (capazes de inibir outros fungos e ervas daninhas para a agricultura)", conta Rosa. "Ou seja, as atividades científicas do Proantar têm grande potencial para contribuir com o setor produtivo do Brasil e na medicina, por exemplo."

O glaciólogo Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional, lembra outro aspecto que reforça a importância das pesquisas na Antártida. De acordo com ele, o continente tem papel fundamental nas correntes marítimas e no clima de todo o mundo, que por sua vez influenciam, por exemplo, a riqueza marinha e o desempenho agrícola. "As regiões polares são tão importantes quanto os trópicos no sistema ambiental global", garante.

Isso ocorre, de acordo com ele, porque a circulação atmosférica e oceânica e, consequentemente, o sistema climático terrestre, decorre da transferência de energia dos trópicos para as regiões polares. "Os processos que lá ocorrem nos afetam e vice-versa", explica.

"As frentes frias, por exemplo, que podem chegar até o sul da Amazônia, são geradas no Oceano Austral. Graças às pesquisas antárticas, vamos melhorar a previsão do tempo no Brasil, essencial se quisermos aumentar nossa produtividade agrícola e diminuir o custo social de desastres climáticos. Por isso, insisto na frase, na qual o brasileiro ainda não está condicionado a pensar: a Antártida é tão importante quanto a Amazônia para o

meio ambiente planetário."

Mas não é só isso. Além da importância científica, há um aspecto geopolítico que o Brasil não pode menosprezar. A Antártida possui a maior reserva de água potável do mundo e certamente pode ter riquezas minerais embaixo do manto de gelo eterno, que em alguns lugares pode chegar a 5 km de espessura.

Hoje, é o único continente que não pertence a nenhum país. Para que algumas nações no futuro tenham o direito de explorar essas riquezas, foi assinado em 1959, por 44 países, o Tratado da Antártida, que regulamenta todas as atividades no continente e estabelece que ele deve ser usado apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O documento, que entrou em vigor em 1961, foi assinado pelo Brasil em 1975, inicialmente como membro aderente. O país só iniciou suas pesquisas no continente gelado, no entanto, no verão austral de 1982/1983, com a Operação Antártica I.

Direito a voto e veto

O principal resultado dessa primeira expedição foi a aceitação do Brasil, em 12 de setembro de 1983, como membro consultivo do tratado, ou seja, com direito a voto e veto, privilégio apenas de outros 28 países. "Para garantir esse direito, o Artigo IV do Tratado, estabelece que os países devem realizar pesquisas contínuas e significativas na Antártida", diz o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília (UnB), que realiza pesquisa no continente há 6 anos. "O que a falta de recursos pode colocar em risco."

Com esse objetivo o Brasil construiu a EAFC, inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, no Arquipélago das Shetlands do Sul, ao norte da Península Antártica.

Inicialmente ela possuía oito módulos, semelhantes a containers, número que chegou a 62, com instalações relativamente confortáveis, com compartimentos de tamanhos variados, entre eles 13 laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas, além de alojamentos que podiam acomodar até 58 pessoas, biblioteca, sala de computadores, enfermaria e um pequeno centro cirúrgico, sala de ginástica e até oficinas de veículos.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012 ela foi destruída por um incêndio, que começou às 2h da madrugada e matou dois militares, que tentavam apagar o fogo. Uma nova base foi construída, que deverá ser inaugurada em janeiro do ano que vem. Ela já está praticamente pronta, tem 4,5 mil metros quadrados e é uma das mais modernas da Antártida.

A nova EACF terá 17 laboratórios, ultrafreezers para armazenamento de amostras coletadas pelos pesquisadores, além de alojamentos e espaços de convivência e de lazer e poderá abrigar até 65 pessoas.

Não basta, no entanto. Ela por si só não garante as pesquisas brasileiras na Antártida. São necessários recursos para financiá-las. Caso contrário, há o risco de ter uma base, mas não estudos na Antártida. Daí a preocupação da comunidade científica com os cortes orçamentários.

"No ano passado, foi aberto um edital de R\$ 18 milhões para pesquisa científica, alardeado como o maior dos últimos anos", conta Câmara. "Esse valor deveria bancar as atividades por quatro anos, o que daria cerca de R\$ 4,5 milhões por ano."

Esse montante foi reduzido, no entanto. "Com a mudança de governo, imediatamente R\$ 2 milhões não foram aplicados", diz Câmara.

"Seriam bolsas da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que já estavam empenhadas. "Até hoje não entendi o que aconteceu com elas. Minha melhor explicação é que elas simplesmente sumiram, deixando o edital com apenas R\$ 16 milhões da noite para o dia. As bolsas são fundamentais para o andamento do projeto, em particular para formação de recursos humanos e evitar fuga de cérebros."

Além disso, continua Câmara, recentemente as demais bolsas foram contingenciadas (menos R\$ 3,7 milhões), causando um prejuízo ainda maior.

"O alardeado edital de R\$ 18 milhos agora está em cerca de R\$ 12 milhões, o que dá cerca de R\$ 3 milhões por ano para apoiar 17 projetos. Ou seja, estamos novamente em situação de penúria, na qual há o risco de paralisação das pesquisas antárticas por falta de recursos."

Edital

Procurado pela BBC Brasil, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e Comunicações (MCTIC) não respondeu diretamente as questões que lhe foram enviadas. Por meio de sua assessoria de imprensa, enviou uma nota padrão, na qual cita o edital de R\$ 18 milhões, ao qual se referiu Câmara. Acrescenta ainda recursos liberados em anos anteriores a 2018, no valor total de R\$ 5,5 milhões, que já foram gastos.

O texto reconhece que "por enquanto não há previsão de novos recursos". A nota diz ainda que "é importante ressaltar o apoio continuado do MCTIC ao Proantar e a consideração do Ministério pela ciência antártica e a eficiente e comprometida condução pela comunidade acadêmica envolvida no Programa. São anos em que, apesar das restrições fiscais, o Proantar tem se mantido ininterrupto".

Para a comunidade científica é pouco. "A situação pode ser pior a médio e longo prazo para a pesquisa antártica em 2020, pois o governo sinalizou cortes ainda mais profundos em pesquisa e educação", lamenta Rosa.

"O Proantar terá suas atividades científicas comprometidas, o que pode gerar prejuízos imensuráveis em termos da participação do Brasil no Tratado Antártico, no qual tem direito a voto sobre o futuro de cerca de 10% do mundo, a Antártida. Vale ressaltar que em nenhum outro fórum mundial o país tem tal prestígio e poder de voto, com o mesmo peso dos Estados Unidos, da Rússia e da China por exemplo."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida

Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar de uma expedição na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, e projetos de pesquisas

poderão ser paralisados a partir do ano que vem.

No verão austral 2019/2020, o Brasil deverá realizar a 38ª Operação Antártica (Operantar XXXVI), expedição de pesquisa na Antártida, que vem ocorrendo desde 1982, como parte do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Como raríssimas vezes aconteceu, no entanto, os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos pelo atual governo federal nas áreas de ciência e educação colocam em risco a continuidade do trabalho dos cientistas brasileiros naquelas paragens geladas.

Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar da Operantar XXXVI, na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.

Uma vastidão deserta e gelada de 14 milhões de quilômetros quadrados - uma vez e meia a área do Brasil -, onde a temperatura pode chegar a quase 90°C negativos, com ventos de mais de 320 quilômetros por hora, e praticamente sem chuvas poderia ser considerada apenas uma região inóspita e estranha, de interesse para poucos, como aventureiros, amantes de boas fotos, de pinguins e das esquisitices do planeta Terra. É um grande engano.

"Apesar de ser mais conhecida pela presença de gelo e neve, a Antártida possui complexos ecossistemas, muito deles pouco conhecidos e até alguns ainda desconhecidos", diz o pesquisador Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto MycoAntar do Proantar, que estuda fungos com possíveis propriedades medicinais.

De acordo com ele, esses ecossistemas abrigam seres vivos únicos e adaptados às condições extremas da região e que estão isolados geograficamente do restante do planeta. "Em outras palavras, a Antártida possui uma biodiversidade pouco conhecida pela ciência", explica. "Por estarem sem contato com o mundo de fora, esses organismos, representados por animais, plantas e principalmente pelos micro-organismos, têm o potencial de produzirem substâncias de interesse em processos biotecnológicos."

Eles podem ser comparados a fábricas vivas, capazes de produzir diferentes substâncias bioativas, entre as quais muitas com diferentes atividades biológicas.

"Em 12 anos de pesquisas, nosso grupo já descobriu espécies selvagens de fungos produtores de substâncias antimicrobianas, antivirais (contra o vírus da dengue), tripanossomicida (que atuam contra o *Trypanosoma cruzi*, o agente causador da doença de Chagas) e pesticidas (capazes de inibir outros fungos e ervas daninhas para a agricultura)", conta Rosa. "Ou seja, as atividades científicas do Proantar têm grande potencial para contribuir com o setor produtivo do Brasil e na medicina, por exemplo." Importância climática global

O glaciólogo Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional, lembra outro aspecto que reforça a importância das pesquisas na Antártida. De acordo com ele, o continente tem papel

fundamental nas correntes marítimas e no clima de todo o mundo, que por sua vez influenciam, por exemplo, a riqueza marinha e o desempenho agrícola. "As regiões polares são tão importantes quanto os trópicos no sistema ambiental global", garante.

Isso ocorre, de acordo com ele, porque a circulação atmosférica e oceânica e, conseqüentemente, o sistema climático terrestre, decorre da transferência de energia dos trópicos para as regiões polares. "Os processos que lá ocorrem nos afetam e vice-versa", explica.

"As frentes frias, por exemplo, que podem chegar até o sul da Amazônia, são geradas no Oceano Austral. Graças às pesquisas antárticas, vamos melhorar a previsão do tempo no Brasil, essencial se quisermos aumentar nossa produtividade agrícola e diminuir o custo social de desastres climáticos. Por isso, insisto na frase, na qual o brasileiro ainda não está condicionado a pensar: a Antártida é tão importante quanto a Amazônia para o meio ambiente planetário."

Mas não é só isso. Além da importância científica, há um aspecto geopolítico que o Brasil não pode menosprezar. A Antártida possui a maior reserva de água potável do mundo e certamente pode ter riquezas minerais embaixo do manto de gelo eterno, que em alguns lugares pode chegar a 5 km de espessura.

Hoje, é o único continente que não pertence a nenhum país. Para que algumas nações no futuro tenham o direito de explorar essas riquezas, foi assinado em 1959, por 44 países, o Tratado da Antártida, que regulamenta todas as atividades no continente e estabelece que ele deve ser usado apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O documento, que entrou em vigor em 1961, foi assinado pelo Brasil em 1975, inicialmente como membro aderente. O país só iniciou suas pesquisas no continente gelado, no entanto, no verão austral de 1982/1983, com a Operação Antártica I. Direito a voto e veto

O principal resultado dessa primeira expedição foi a aceitação do Brasil, em 12 de setembro de 1983, como membro consultivo do tratado, ou seja, com direito a voto e veto, privilégio apenas de outros 28 países. "Para garantir esse direito, o Artigo IV do Tratado, estabelece que os países devem realizar pesquisas contínuas e significativas na Antártida", diz o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília (UnB), que realiza pesquisa no continente há 6 anos. "O que a falta de recursos pode colocar em risco."

Com esse objetivo o Brasil construiu a EAFC, inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, no Arquipélago das Shetlands do Sul, ao norte da Península Antártica.

Inicialmente ela possuía oito módulos, semelhantes a containers, número que chegou a 62, com instalações relativamente confortáveis, com compartimentos de tamanhos variados, entre eles 13 laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas, além de alojamentos que podiam acomodar até 58 pessoas, biblioteca, sala de computadores, enfermaria e um pequeno centro cirúrgico, sala de ginástica e até oficinas de veículos.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012 ela foi destruída por um incêndio, que começou às 2h da madrugada e matou dois militares, que tentavam apagar o fogo. Uma nova base foi construída, que deverá ser inaugurada em janeiro do ano que vem. Ela já está praticamente pronta, tem 4,5 mil metros quadrados e é uma das mais modernas da Antártida.

A nova EACF terá 17 laboratórios, ultrafreezers para armazenamento de amostras coletadas pelos pesquisadores, além de alojamentos e espaços de convivência e de lazer e poderá abrigar até 65 pessoas.

Não basta, no entanto. Ela por si só não garante as pesquisas brasileiras na Antártida. São necessários recursos para financiá-las. Caso contrário, há o risco de ter uma base, mas não estudos na Antártida. Daí a preocupação da comunidade científica com os cortes orçamentários.

"No ano passado, foi aberto um edital de R\$ 18 milhões para pesquisa científica, alardeado como o maior dos últimos anos", conta Câmara. "Esse valor deveria bancar as atividades por quatro anos, o que daria cerca de R\$ 4,5 milhões por ano."

Esse montante foi reduzido, no entanto. "Com a mudança de governo, imediatamente R\$ 2 milhões não foram aplicados", diz Câmara.

"Seriam bolsas da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que já estavam empenhadas. "Até hoje não entendi o que aconteceu com elas. Minha melhor explicação é que elas simplesmente sumiram, deixando o edital com apenas R\$ 16 milhões da noite para o dia. As bolsas são fundamentais para o andamento do projeto, em particular para formação de recursos humanos e evitar fuga de cérebros."

Além disso, continua Câmara, recentemente as demais bolsas foram contingenciadas (menos R\$ 3,7 milhões), causando um prejuízo ainda maior.

"O alardeado edital de R\$ 18 milhões agora está em cerca de R\$ 12 milhões, o que dá cerca de R\$ 3 milhões por ano para apoiar 17 projetos. Ou seja, estamos novamente em situação de penúria, na qual há o risco de paralisação das pesquisas antárticas por falta de recursos."

Edital

Procurado pela BBC Brasil, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e Comunicações (MCTIC) não respondeu diretamente as questões que lhe foram enviadas. Por meio de sua assessoria de imprensa, enviou uma nota padrão, na qual cita o edital de R\$ 18 milhões, ao qual se referiu Câmara. Acrescenta ainda recursos liberados em anos anteriores a 2018, no valor total de R\$ 5,5 milhões, que já foram gastos.

O texto reconhece que "por enquanto não há previsão de novos recursos". A nota diz ainda que "é importante ressaltar o apoio continuado do MCTIC ao Proantar e a consideração do Ministério pela ciência antártica e a eficiente e comprometida condução pela comunidade acadêmica envolvida no Programa. São anos em que, apesar das restrições fiscais, o Proantar tem se mantido ininterrupto".

Para a comunidade científica é pouco. "A situação pode ser pior a médio e longo prazo para a pesquisa antártica em 2020, pois o governo sinalizou cortes ainda mais profundos em pesquisa e educação", lamenta Rosa.

"O Proantar terá suas atividades científicas comprometidas, o que pode gerar prejuízos imensuráveis em termos da participação do Brasil no Tratado Antártico, no qual tem direito a voto sobre o futuro de cerca de 10% do mundo, a Antártida. Vale ressaltar que em nenhum outro fórum mundial o país tem tal prestígio e poder de voto, com o mesmo peso dos Estados Unidos, da Rússia e da China por exemplo."

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

TCU apura indícios de irregularidade sob Temer

Corte de contas investiga se dois ministérios driblaram o Congresso e efetuaram gasto maior do que havia sido aprovado

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou indícios de que ao menos dois ministérios driblaram o Orçamento e o Congresso Nacional para gastar mais em 2018, durante a gestão do ex-presidente Michel Temer, e ainda deixaram a conta para o governo Jair Bolsonaro pagar em 2019.

A prática fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição e pode ser considerada crime contra as finanças públicas.

Segundo documento obtido pelo Estadão/Broadcast, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) executaram R\$ 1,278 bilhão em despesas sem que houvesse autorização no Orçamento. Sem a dotação, os gastos não foram sequer alvo de empenho, que é a primeira fase do rito de gastos e sinaliza o reconhecimento daquele compromisso. Elas também escaparam de qualquer bloqueio nos gastos por falta de receitas.

Governo de Michel Temer

Esses "esqueletos do Orçamento" foram descobertos pelo TCU porque as duas pastas registraram a dívida como passivo contábil no fim de 2018. No início deste ano, a cifra começou a ser empenhada e passou a ser paga pelo governo Bolsonaro por meio da rubrica Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), geralmente usada em casos de exceção (como uma conta de luz que excedeu o valor previsto no último mês do ano, sem tempo hábil de ajuste) e com valores menos vultosos.

Só no primeiro semestre deste ano, o governo já desembolsou R\$ 1,1 bilhão em despesas discricionárias (aquelas que o governo pode cortar ou remanejar) de exercícios anteriores, quase o mesmo que no ano inteiro de 2018 (R\$ 1,2 bilhão). São gastos diferentes dos chamados restos a pagar, devidamente inscritos no Orçamento, mas que acabam passando de um ano para o outro.

O caso chamou a atenção da área técnica, que agora quer fazer uma inspeção para verificar se há outros esqueletos semelhantes e apurar os gestores responsáveis. A avaliação preliminar é de que são episódios "setoriais", sem uma articulação no comando central como no caso das "pedaladas fiscais", que levaram afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff.

O pedido de inspeção foi feito ao relator, ministro Bruno Dantas, responsável pela

análise das contas deste ano, e deve avaliar ainda a conduta dos gestores atuais do Ministério da Cidadania (que incorporou atribuições do MDS) e do MCTIC perante a descoberta do passivo. Antes do achado dos auditores, nenhum alerta formal foi feito pelas pastas ao órgão de controle.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o ministro deve atender à solicitação para a nova inspeção. Dantas tem tido um alinhamento próximo com a unidade técnica do Tribunal, como já aconteceu em outras questões, como a do bônus dos servidores da Receita.

O maior esqueleto foi deixado pelo MDS. De acordo com a corte de contas, R\$ 1,2 bilhão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ficou de fora do Orçamento em 2017 e 2018. A pasta chegou a solicitar no ano passado um crédito extra ao Congresso Nacional para conseguir executar todas as despesas previstas, mas não foi atendida. Técnicos veem a manobra como uma tentativa de “tocar a política pública na marra”, contornando as decisões do Legislativo sobre o Orçamento.

Para se ter uma ideia, um terço do orçamento do FNAS no primeiro semestre serviu para quitar esses passivos. Mesmo assim, ainda resta um débito de R\$ 938,3 milhões e não há espaço sequer no Orçamento deste ano para sanar a dívida.

No MCTIC, o problema envolve bolsas do CNPq, com um passivo de R\$ 77 milhões. Ao deparar com a falta de dinheiro, o ministério em vez de cortar ou suspender bolsas continuou executando a política normalmente. O pagamento da dívida agora consome espaço no Orçamento de 2019, no teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento dos gastos à inflação) e afetam o resultado primário – e bolsas de pesquisa já foram canceladas por falta de dinheiro.

“Além de distorcer o resultado fiscal do exercício, a assunção de obrigação sem dotação orçamentária suficiente é expressamente vedada pela Constituição Federal (art. 167, inciso II), podendo ser enquadrada também como crime contra as finanças públicas”, diz o relatório.

Há ainda uma grande preocupação da corte de contas com as despesas inscritas no chamado restos a pagar (registradas corretamente no Orçamento, mas transferidas de um ano para o outro), que têm um saldo muito elevado. Com a crise fiscal das contas públicas, o Tribunal está mais rigoroso no pente-fino que é feito nessas despesas, o que têm surpreendido. A unidade técnica responsável pela análise adquiriu uma experiência muito grande, o que talvez não permitiria essas descobertas há 10 anos. O TCU, avaliou uma fonte, “elevou o sarrafo” nas auditorias.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, que foi ministro do Desenvolvimento Social na gestão Temer, informou via assessoria que quitou em 2017 todos os repasses atrasados do Sistema Único de Assistência Social e realizou um repasse de R\$ 2,9 bilhões para fundos estaduais e municipais da Assistência Social. “Já em 2018, os recursos alocados vinham apresentando uma significativa redução. O Ministério, à época, adotou medidas para garantir a continuidade dos serviços ofertados pela rede”, afirmou. O ministro confirma ainda que o Congresso redirecionou 87% do valor que havia sido solicitado como crédito extra, “o que agravou a situação orçamentária do Fundo”. “Em 2019, estão sendo adotadas novas medidas para ajustes dos recursos”, diz a nota.

O ex-ministro do MDS Alberto Beltrame, que comandou a pasta de abril de 2018 até o fim do governo Temer, não retornou aos pedidos da reportagem.

O ex-ministro do MDS Alberto Beltrame, que comandou a pasta de abril de 2018 até o fim do governo Temer, afirmou que o aumento de despesas do Fundo Nacional de Assistência Social neste ano se deve à redução do Orçamento do ministério no ano passado. Ele lembrou que foi pedido um crédito extra ao Congresso em 2018, mas 87% dos recursos foram direcionados aos outros ministérios. Segundo ele, as contas do Ministério de Desenvolvimento Social de 2018 foram aprovadas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A assessoria do ex-ministro Gilberto Kassab informou que “a execução orçamentária do exercício de 2018 sob responsabilidade da secretaria-executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações seguiu estritamente a legislação vigente”. Ele afirma ainda que o “CNPq é uma autarquia com autonomia administrativa”. A gestão atual do MCTIC não retornou até a publicação desta reportagem.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Como cortes do governo podem paralisar pesquisas do Brasil na Antártida
Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar de uma expedição na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem**

No verão austral 2019/2020, o Brasil deverá realizar a 38ª Operação Antártica (Operantar XXXVI), expedição de pesquisa na Antártida, que vem ocorrendo desde 1982, como parte do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Como raríssimas vezes aconteceu, no entanto, os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos pelo atual governo federal nas áreas de ciência e educação colocam em risco a continuidade do trabalho dos cientistas brasileiros naquelas paragens geladas.

Muitos pesquisadores e bolsistas já não poderão participar da Operantar XXXVI, na qual será inaugurada a nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), e projetos de pesquisas poderão ser paralisados a partir do ano que vem.

Uma vastidão deserta e gelada de 14 milhões de quilômetros quadrados - uma vez e meia a área do Brasil -, onde a temperatura pode chegar a quase 90°C negativos, com ventos de mais de 320 quilômetros por hora, e praticamente sem chuvas poderia ser considerada apenas uma região inóspita e estranha, de interesse para poucos, como aventureiros, amantes de boas fotos, de pinguins e das esquisitices do planeta Terra. É um grande engano.

"Apesar de ser mais conhecida pela presença de gelo e neve, a Antártida possui complexos ecossistemas, muito deles pouco conhecidos e até alguns ainda desconhecidos", diz o pesquisador Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto MycoAntar do Proantar, que estuda fungos com possíveis propriedades medicinais.

De acordo com ele, esses ecossistemas abrigam seres vivos únicos e adaptados às condições extremas da região e que estão isolados geograficamente do restante do planeta. "Em outras palavras, a Antártida possui uma biodiversidade pouco conhecida

pela ciência", explica. "Por estarem sem contato com o mundo de fora, esses organismos, representados por animais, plantas e principalmente pelos micro-organismos, têm o potencial de produzir substâncias de interesse em processos biotecnológicos."

Eles podem ser comparados a fábricas vivas, capazes de produzir diferentes substâncias bioativas, entre as quais muitas com diferentes atividades biológicas.

"Em 12 anos de pesquisas, nosso grupo já descobriu espécies selvagens de fungos produtores de substâncias antimicrobianas, antivirais (contra o vírus da dengue), tripanossomicida (que atuam contra o Trypanossoma cruzi, o agente causador da doença de Chagas) e pesticidas (capazes de inibir outros fungos e ervas daninhas para a agricultura)", conta Rosa. "Ou seja, as atividades científicas do Proantar têm grande potencial para contribuir com o setor produtivo do Brasil e na medicina, por exemplo."

O glaciólogo Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional, lembra outro aspecto que reforça a importância das pesquisas na Antártida. De acordo com ele, o continente tem papel fundamental nas correntes marítimas e no clima de todo o mundo, que por sua vez influenciam, por exemplo, a riqueza marinha e o desempenho agrícola. "As regiões polares são tão importantes quanto os trópicos no sistema ambiental global", garante.

Isso ocorre, de acordo com ele, porque a circulação atmosférica e oceânica e, conseqüentemente, o sistema climático terrestre, decorre da transferência de energia dos trópicos para as regiões polares. "Os processos que lá ocorrem nos afetam e vice-versa", explica.

"As frentes frias, por exemplo, que podem chegar até o sul da Amazônia, são geradas no Oceano Austral. Graças às pesquisas antárticas, vamos melhorar a previsão do tempo no Brasil, essencial se quisermos aumentar nossa produtividade agrícola e diminuir o custo social de desastres climáticos. Por isso, insisto na frase, na qual o brasileiro ainda não está condicionado a pensar: a Antártida é tão importante quanto a Amazônia para o meio ambiente planetário."

Mas não é só isso. Além da importância científica, há um aspecto geopolítico que o Brasil não pode menosprezar. A Antártida possui a maior reserva de água potável do mundo e certamente pode ter riquezas minerais embaixo do manto de gelo eterno, que em alguns lugares pode chegar a 5 km de espessura.

Hoje, é o único continente que não pertence a nenhum país. Para que algumas nações no futuro tenham o direito de explorar essas riquezas, foi assinado em 1959, por 44 países, o Tratado da Antártida, que regulamenta todas as atividades no continente e estabelece que ele deve ser usado apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O documento, que entrou em vigor em 1961, foi assinado pelo Brasil em 1975, inicialmente como membro aderente. O país só iniciou suas pesquisas no continente gelado, no entanto, no verão austral de 1982/1983, com a Operação Antártica I.

Direito a voto e veto

O principal resultado dessa primeira expedição foi a aceitação do Brasil, em 12 de setembro de 1983, como membro consultivo do tratado, ou seja, com direito a voto e veto, privilégio apenas de outros 28 países. "Para garantir esse direito, o Artigo IV do Tratado, estabelece que os países devem realizar pesquisas contínuas e significativas na Antártida", diz o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília (UnB), que realiza pesquisa no continente há 6 anos. "O que a falta de recursos pode colocar em risco."

Com esse objetivo o Brasil construiu a EAFC, inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, na Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, no Arquipélago das Shetlands do Sul, ao norte da Península Antártica.

Inicialmente ela possuía oito módulos, semelhantes a containers, número que chegou a 62, com instalações relativamente confortáveis, com compartimentos de tamanhos variados, entre eles 13 laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas, além de alojamentos que podiam acomodar até 58 pessoas, biblioteca, sala de computadores, enfermaria e um pequeno centro cirúrgico, sala de ginástica e até oficinas de veículos.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012 ela foi destruída por um incêndio, que começou às 2h da madrugada e matou dois militares, que tentavam apagar o fogo. Uma nova base foi construída, que deverá ser inaugurada em janeiro do ano que vem. Ela já está praticamente pronta, tem 4,5 mil metros quadrados e é uma das mais modernas da Antártida.

A nova EACF terá 17 laboratórios, ultrafreezers para armazenamento de amostras coletadas pelos pesquisadores, além de alojamentos e espaços de convivência e de lazer e poderá abrigar até 65 pessoas.

Não basta, no entanto. Ela por si só não garante as pesquisas brasileiras na Antártida. São necessários recursos para financiá-las. Caso contrário, há o risco de ter uma base, mas não estudos na Antártida. Daí a preocupação da comunidade científica com os cortes orçamentários.

"No ano passado, foi aberto um edital de R\$ 18 milhões para pesquisa científica, alardeado como o maior dos últimos anos", conta Câmara. "Esse valor deveria bancar as atividades por quatro anos, o que daria cerca de R\$ 4,5 milhões por ano."

Esse montante foi reduzido, no entanto. "Com a mudança de governo, imediatamente R\$ 2 milhões não foram aplicados", diz Câmara.

"Seriam bolsas da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que já estavam empenhadas. "Até hoje não entendi o que aconteceu com elas. Minha melhor explicação é que elas simplesmente sumiram, deixando o edital com apenas R\$ 16 milhões da noite para o dia. As bolsas são fundamentais para o andamento do projeto, em particular para formação de recursos humanos e evitar fuga de cérebros."

Além disso, continua Câmara, recentemente as demais bolsas foram contingenciadas (menos R\$ 3,7 milhões), causando um prejuízo ainda maior.

"O alardeado edital de R\$ 18 milhos agora está em cerca de R\$ 12 milhões, o que dá cerca de R\$ 3 milhões por ano para apoiar 17 projetos. Ou seja, estamos novamente em situação de penúria, na qual há o risco de paralisação das pesquisas antárticas por falta de recursos."

Edital

Procurado pela BBC Brasil, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e Comunicações (MCTIC) não respondeu diretamente as questões que lhe foram enviadas. Por meio de sua assessoria de imprensa, enviou uma nota padrão, na qual cita o edital de R\$ 18 milhões, ao qual se referiu Câmara. Acrescenta ainda recursos liberados em anos anteriores a 2018, no valor total de R\$ 5,5 milhões, que já foram gastos.

O texto reconhece que "por enquanto não há previsão de novos recursos". A nota diz ainda que "é importante ressaltar o apoio continuado do MCTIC ao Proantar e a consideração do Ministério pela ciência antártica e a eficiente e comprometida condução pela comunidade acadêmica envolvida no Programa. São anos em que, apesar das restrições fiscais, o Proantar tem se mantido ininterrupto".

Para a comunidade científica é pouco. "A situação pode ser pior a médio e longo prazo para a pesquisa antártica em 2020, pois o governo sinalizou cortes ainda mais profundos em pesquisa e educação", lamenta Rosa.

"O Proantar terá suas atividades científicas comprometidas, o que pode gerar prejuízos imensuráveis em termos da participação do Brasil no Tratado Antártico, no qual tem direito a voto sobre o futuro de cerca de 10% do mundo, a Antártida. Vale ressaltar que em nenhum outro fórum mundial o país tem tal prestígio e poder de voto, com o mesmo peso dos Estados Unidos, da Rússia e da China por exemplo."

BBC Brasil - Todos os direitos reservados - É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

TCU apura indícios de irregularidade sob Temer

Corte de contas investiga se dois ministérios driblaram o Congresso e efetuaram gasto maior do que havia sido aprovado

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou indícios de que ao menos dois ministérios driblaram o Orçamento e o Congresso Nacional para gastar mais em 2018, durante a gestão do ex-presidente Michel Temer, e ainda deixaram a conta para o governo Jair Bolsonaro pagar em 2019.

A prática fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição e pode ser considerada crime contra as finanças públicas.

Segundo documento obtido pelo Estadão/Broadcast, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) executaram R\$ 1,278 bilhão em despesas sem que houvesse autorização no Orçamento. Sem a dotação, os gastos não foram sequer alvo de empenho, que é a primeira fase do rito de gastos e

sinaliza o reconhecimento daquele compromisso. Elas também escaparam de qualquer bloqueio nos gastos por falta de receitas.

Esses "esqueletos do Orçamento" foram descobertos pelo TCU porque as duas pastas registraram a dívida como passivo contábil no fim de 2018. No início deste ano, a cifra começou a ser empenhada e passou a ser paga pelo governo Bolsonaro por meio da rubrica Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), geralmente usada em casos de exceção (como uma conta de luz que excedeu o valor previsto no último mês do ano, sem tempo hábil de ajuste) e com valores menos vultosos.

Só no primeiro semestre deste ano, o governo já desembolsou R\$ 1,1 bilhão em despesas discricionárias (aquelas que o governo pode cortar ou remanejar) de exercícios anteriores, quase o mesmo que no ano inteiro de 2018 (R\$ 1,2 bilhão). São gastos diferentes dos chamados restos a pagar, devidamente inscritos no Orçamento, mas que acabam passando de um ano para o outro.

O caso chamou a atenção da área técnica, que agora quer fazer uma inspeção para verificar se há outros esqueletos semelhantes e apurar os gestores responsáveis. A avaliação preliminar é de que são episódios "setoriais", sem uma articulação no comando central como no caso das "pedaladas fiscais", que levaram afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff.

O pedido de inspeção foi feito ao relator, ministro Bruno Dantas, responsável pela análise das contas deste ano, e deve avaliar ainda a conduta dos gestores atuais do Ministério da Cidadania (que incorporou atribuições do MDS) e do MCTIC perante a descoberta do passivo. Antes do achado dos auditores, nenhum alerta formal foi feito pelas pastas ao órgão de controle.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o ministro deve atender à solicitação para a nova inspeção. Dantas tem tido um alinhamento próximo com a unidade técnica do Tribunal, como já aconteceu em outras questões, como a do bônus dos servidores da Receita.

O maior esqueleto foi deixado pelo MDS. De acordo com a corte de contas, R\$ 1,2 bilhão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ficou de fora do Orçamento em 2017 e 2018. A pasta chegou a solicitar no ano passado um crédito extra ao Congresso Nacional para conseguir executar todas as despesas previstas, mas não foi atendida. Técnicos veem a manobra como uma tentativa de "tocar a política pública na marra", contornando as decisões do Legislativo sobre o Orçamento.

Para se ter uma ideia, um terço do orçamento do FNAS no primeiro semestre serviu para quitar esses passivos. Mesmo assim, ainda resta um débito de R\$ 938,3 milhões e não há espaço sequer no Orçamento deste ano para sanar a dívida.

No MCTIC, o problema envolve bolsas do CNPq, com um passivo de R\$ 77 milhões. Ao deparar com a falta de dinheiro, o ministério em vez de cortar ou suspender bolsas continuou executando a política normalmente. O pagamento da dívida agora consome espaço no Orçamento de 2019, no teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento dos gastos à inflação) e afetam o resultado primário - e bolsas de pesquisa já foram canceladas por falta de dinheiro.

"Além de distorcer o resultado fiscal do exercício, a assunção de obrigação sem dotação orçamentária suficiente é expressamente vedada pela Constituição Federal (art. 167, inciso II), podendo ser enquadrada também como crime contra as finanças públicas", diz o relatório.

Há ainda uma grande preocupação da corte de contas com as despesas inscritas no chamado restos a pagar (registradas corretamente no Orçamento, mas transferidas de um ano para o outro), que têm um saldo muito elevado. Com a crise fiscal das contas públicas, o Tribunal está mais rigoroso no pente-fino que é feito nessas despesas, o que têm surpreendido. A unidade técnica responsável pela análise adquiriu uma experiência muito grande, o que talvez não permitiria essas descobertas há 10 anos. O TCU, avaliou uma fonte, "elevou o sarrafo" nas auditorias.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, que foi ministro do Desenvolvimento Social na gestão Temer, informou via assessoria que quitou em 2017 todos os repasses atrasados do Sistema Único de Assistência Social e realizou um repasse de R\$ 2,9 bilhões para fundos estaduais e municipais da Assistência Social. "Já em 2018, os recursos alocados vinham apresentando uma significativa redução. O Ministério, à época, adotou medidas para garantir a continuidade dos serviços ofertados pela rede", afirmou. O ministro confirma ainda que o Congresso redirecionou 87% do valor que havia sido solicitado como crédito extra, "o que agravou a situação orçamentária do Fundo". "Em 2019, estão sendo adotadas novas medidas para ajustes dos recursos", diz a nota.

O ex-ministro do MDS Alberto Beltrame, que comandou a pasta de abril de 2018 até o fim do governo Temer, não retornou aos pedidos da reportagem.

O ex-ministro do MDS Alberto Beltrame, que comandou a pasta de abril de 2018 até o fim do governo Temer, afirmou que o aumento de despesas do Fundo Nacional de Assistência Social neste ano se deve à redução do Orçamento do ministério no ano passado. Ele lembrou que foi pedido um crédito extra ao Congresso em 2018, mas 87% dos recursos foram direcionados aos outros ministérios. Segundo ele, as contas do Ministério de Desenvolvimento Social de 2018 foram aprovadas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A assessoria do ex-ministro Gilberto Kassab informou que "a execução orçamentária do exercício de 2018 sob responsabilidade da secretaria-executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações seguiu estritamente a legislação vigente". Ele afirma ainda que o "CNPq é uma autarquia com autonomia administrativa". A gestão atual do MCTIC não retornou até a publicação desta reportagem.

ANDIFES - TEMPO REAL

UFMG e PBH avaliam parceria para financiar bolsas de pesquisa

Reitora Sandra Goulart e o prefeito Alexandre Kalil discutiram possibilidades de parceria na área de saúde

A UFMG poderá contar com suporte financeiro da Prefeitura de Belo Horizonte para viabilizar o pagamento de bolsas e realização de pesquisas, em especial na área da saúde. O assunto foi discutido pela reitora Sandra Regina Goulart Almeida e pelo prefeito Alexandre Kalil, em reunião realizada na tarde desta segunda-feira, 30, na sede do executivo municipal.

De acordo com a reitora, o prefeito Kalil mostrou-se disposto a apoiar a Universidade, afetada pelo bloqueio orçamentário imposto pelo governo federal, que também restringiu os recursos destinados ao CNPq e à Capes, agências responsáveis pelo financiamento de bolsas de pesquisa e pós-graduação.

Durante o encontro, Sandra Goulart apresentou as principais demandas da UFMG e as possibilidades de contrapartida da Universidade. Prejudicadas pelo bloqueio de recursos, pesquisas centradas no combate a doenças tropicais, como zika e chikungunya, estão entre as atividades de interesse do município.

“Mantemos ótima interlocução com a Prefeitura, que tem sido nossa parceira em diversos campos”, disse a reitora. Segundo ela, um novo encontro será realizado na próxima semana para discutir formas de operacionalizar a parceria.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFU, UFTM e IFTM recebem parte de recursos que estavam bloqueados pelo MEC

A medida faz parte da destinação de R\$ 1,156 bilhão para instituições federais de ensino de todo o país, anunciada pelo MEC na segunda-feira (30).

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) receberam parte dos recursos que estavam bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC).

A medida faz parte da destinação de R\$ 1,156 bilhão para instituições federais de ensino de todo o país, anunciada pelo MEC na segunda-feira (30). Esse valor corresponde a 58% de R\$ 1,99 bilhão liberado pelo governo federal para a pasta.

Segundo o MEC, os valores estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

Confira abaixo os valores liberados:

UFU - R\$ 19.140.634

UFTM - R\$ 6.410.231

IFTM - R\$ 4.637.750

Ao G1 a UFU informou que os recursos de R\$ 19 milhões descontingenciados já estão sendo utilizados para a liquidação de débitos que estavam em atraso, sendo alguns desde o mês de julho. Tratam-se de contas de água, energia elétrica e, sobretudo, contratos com empresas terceirizadas e com prestadores de serviço.

Afirmou ainda que cerca de R\$ 12 milhões já foram liquidados e os R\$ 7 milhões restantes serão consumidos à medida que os novos débitos forem lançados no sistema eletrônico de pagamento de contas. A previsão da Administração Superior é de que os recursos sejam suficientes para arcar com as despesas discricionárias – ou seja, aquelas usadas para custeio e investimentos – da UFU até o final do mês de outubro.

A produção do MG2 entrou em contato com a assessoria da UFTM e do IFTM para

saber se o recurso já foi recebido e de que forma será aplicado e aguarda retorno.

Entenda o corte de verba das universidades federais

MEC ainda tem R\$ 3,8 bilhões sob bloqueio e universidades reforçam ajustes para manter atividades

Atividades afetadas

A UFU, a UFTM e o IFTM tiveram diversas atividades e serviços afetados por causa do contingenciamento de verbas.

Na UFTM, por exemplo, as atividades de pesquisa e extensão foram afetadas no segundo semestre deste ano. Para economizar recursos, a instituição tomou algumas medidas, como a supressão em alguns contratos, devolução de imóvel alugado e medidas de economia de energia elétrica.

Em agosto, a UFU anunciou a suspensão de diversos serviços para redução de despesas. Entre as medidas adotadas estavam a redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra; suspensão temporária de contratos de prestação de serviços por demanda, suspensão do contrato de lanches e redução do quadro de estagiários. O contingenciamento de verbas também afetou o serviço de transporte de alunos e o programa de bolsas da universidade.

No IFTM, um dos reflexos do contingenciamento de verbas foi a suspensão dos processos seletivos de curso técnicos e especialização nos campi de Uberlândia e Uberaba. Segundo o instituto, a suspensão por tempo indeterminado vale para ingresso no 2º semestre de 2019.

Contingenciamentos e cortes de bolsas

Desde o início deste ano, o MEC passou por dois contingenciamentos no orçamento: R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho. O corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Despesas obrigatórias, como o pagamento de salários e aposentadorias, não foram afetadas.

Em 2 de setembro, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) anunciou o corte de 5.613 bolsas, prevendo uma economia de R\$ 544 milhões em quatro anos. A suspensão dos recursos valeria para todos os cursos, mesmo aqueles com boa avaliação e que produzem pesquisas de ponta.

Dias depois, o MEC anunciou o desbloqueio de parte destas bolsas: foram liberadas 3.182 bolsas de pós-graduação de cursos bem avaliados.

De acordo com o MEC, a liberação de R\$ 270 milhões anunciada nesta segunda para a **Capes** será para pagar as bolsas atuais. Segundo a pasta, 2.431 bolsas seguem suspensas porque foram cortadas por terem baixo desempenho.

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

**Ministério da Educação libera para a Ufal R\$ 14 mi que estavam contingenciados
Recurso deve ser usado para quitar dívidas com energia elétrica, água e funcionários terceirizados**

O Ministério da Educação (MEC) liberou R\$ 14 milhões para a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) nessa segunda-feira (30).

O valor faz parte dos recursos que já estavam previstos no orçamento, mas que foram contingenciados pelo governo federal. O anúncio foi feito pelo ministro Abraham Weintraub, em Brasília.

Uma equipe técnica da Ufal analisa como o recurso deve ser utilizado, já que a unidade de ensino tem dívidas com energia elétrica, água e funcionários terceirizados. A promessa do ministro era de que o desbloqueio fosse feito no último dia 22, mas ele só foi efetivado agora. O total de recurso liberados é suficiente para o início do semestre letivo, mas deixa incertezas quanto ao futuro.

O MEC anunciou nessa segunda-feira (30) que, de R\$ 1,990 bilhão descontingenciado, 58% vão para universidades e institutos federais, o que representa R\$ 1,156 bilhão. Esse valor cobrirá despesas de custeio, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

A liberação está prevista no Decreto 10.028, publicado na edição de sexta-feira, 27 de setembro, do Diário Oficial da União (DOU). No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições.

O restante dos recursos desbloqueados vai atender a educação básica, a concessão de bolsas de pós-graduação e a realização de exames educacionais, por exemplo. Com os R\$ 290 milhões repassados ao Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), a compra e a distribuição de livros didáticos à educação básica estão garantidas para 2020.

Outros R\$ 270 milhões serão transferidos para a manutenção e a execução de bolsas de estudos já concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Haverá ainda a destinação de R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

[topo](#)

LE MONDE DIPLOMATIQUE - TEMPO REAL

A destruição da educação, da ciência e da cultura pelo governo Bolsonaro

É necessário reunir e colocar em diálogo estudos, intelectuais, cientistas e ativistas sociais para entender o que move o governo Bolsonaro em sua cruzada contra a educação pública, a universidade, a ciência e a cultura. Este artigo pretende se somar a outros esforços interpretativos, visto que, sem pronta ação política consciente, a deterioração da democracia pode colocar a própria existência das instituições acadêmicas e científicas em risco e, ainda mais, a integridade dos direitos humanos dos que lutam pela cidadania.

Passados nove meses de governo, os ataques à liberdade de cátedra e às instituições são tão reais e numerosos que é inevitável constatar que são ações direcionadas. Advêm de crenças e cálculos políticos do núcleo dirigente do governo, que, informado pela extrema direita norte-americana, a exemplo de Steve Bannon e Donald Trump, se percebe como portador da missão de destruir toda herança dos valores da Revolução Francesa e remover da vida social as razões do Iluminismo e do pensamento social nele

originado. Aparentam ser arcaicas, mas convergem com a crença ultraneoliberal que orienta os “cosmopolitas” de grande parte do bloco no poder, de que todo construtivismo social, sobretudo por meio de políticas públicas, deve ser suprimido por ferir o livre mercado. Entre os empresários, 32% se declaram bolsonaristas convictos: votaram, aprovam seu governo e concordam com suas declarações.¹

Os círculos políticos mais próximos ao presidente, entre os quais seus filhos e seitas religiosas, recepcionaram esses objetivos hostis ao conhecimento de modo mais prático, com base na constatação de que, entre os estudantes, apenas 3% podem ser considerados “bolsonaristas” convictos. Os ditos líderes religiosos neopentecostais, sobretudo, se somam a essa cruzada, pois cientes de que a secularização da vida social não é boa para seus “negócios espirituais” e seus intentos políticos.

O governo sabe que estudantes e professores, em sua imensa maioria, não votarão nele e, a rigor, isso não chega a ser um problema. O que preocupa é a existência de um segmento influente na sociedade potencialmente disposto a interagir com o povo para discutir o mundo do trabalho, a economia, a educação, o meio ambiente e as perspectivas de bem viver. No Brasil, as primeiras grandes manifestações contra seu governo foram convocadas pela educação, como as de maio de 2019 (#15M, #30M). Nesses atos, trabalhadores da educação e estudantes publicizaram suas razões para não querer um governo que combina ultraneoliberalismo (no sentido de combater tudo o que potencialmente pode contribuir para a redução da desigualdade social), fundamentalismo irracionalista – terraplanismo e, principalmente, negacionismo diante de estudos científicos sobre as mudanças climáticas globais, o aumento exponencial das queimadas na Amazônia e os indicadores de desemprego e de precarização das relações de trabalho – e hostilidades contra a própria juventude, por meio de impropérios vindos da Guerra Fria e mesmo por atitudes racistas e homofóbicas.

Estudantes e professores que rompem estereótipos e não aceitam lugares sociais predefinidos pelas ditas elites podem influenciar outros jovens. O auditório disposto a escutar as oposições pode se ampliar e, por isso, o núcleo familiar e seu entorno vêm elevando o tom contra o “marxismo cultural”,² expressão repetida no Brasil a partir da formulação de um ideólogo que possui abrangente influência no Ministério da Educação, Olavo de Carvalho.

O presidente veicula seus ataques com significativa ressonância nas redes sociais, sobretudo pelo Facebook e outros meios ligados a essa corporação de dados e de operação que se valem de comportamentos baseados na psicometria, como o WhatsApp. O modo como esses núcleos difundem e direcionam suas mensagens ainda é pouco claro,³ mas é seguro que as fake news influenciaram as eleições brasileiras, a exemplo das técnicas utilizadas pela Cambridge Analytica na eleição de Trump e no Brexit. De todo modo, essas mensagens mantêm vivo o protagonismo dos “bolsonaristas convictos”.

É imprescindível remover a ideia de que os círculos bolsonaristas falam para si mesmos ou para a bolha. O silêncio conivente do bloco no poder demonstra que nos sofisticados ambientes burgueses impera a lógica: deixar que a turma do Bolsonaro faça o que tem que ser feito e recalibrar o Estado em prol dos interesses de curto prazo do capital, sem que a alta finança tenha de sujar suas próprias mãos com o desmonte de todas as medidas estatais contra a desigualdade social e, especificamente, contra a universidade,

a ciência e a cultura. A apresentação de algumas premissas básicas pode contribuir para que o fenômeno irracionalista, fundamentalista, antissecularista e hostil aos valores do Iluminismo e aos direitos humanos possa ser tornado pensável como parte da autocracia burguesa.

Premissas básicas

O presidente está atuando para desconstituir os nichos de inteligência do aparato do Estado, removendo instâncias e protocolos técnicos e científicos indispensáveis para a tomada de decisões com base no conhecimento científico. Uma pequena lista de aparatos atingidos permite vislumbrar o alcance dessas investidas: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas; Conselho Nacional do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Comitê de Compensação Ambiental Federal; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Cinema; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia; Fundação Nacional do Índio; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e Petrobras. E, ainda, a extinção ou redefinição da maioria dos conselhos e órgãos colegiados vinculados ao Executivo, o sufocamento orçamentário do CNPq, Finep, **Capex** e das universidades e institutos de educação tecnológica, sem esquecer o fato da nomeação de reitores que não foram os escolhidos por suas comunidades, e a queda vertiginosa dos orçamentos dos institutos de pesquisas vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, acrescida do intento de suspender os concursos para a contratação de novos servidores públicos a partir de 2020, situação agravada em virtude da corrida às aposentadorias decorrentes da contrarreforma da Previdência. O rol de instituições e instâncias coligidas confirmam esse processo de reversão da complexificação de estruturas do Estado erigidas desde 1950. As medidas econômicas dirigidas pelo topo do bloco no poder aprofundam a simplificação tecnológica (em termos de pesquisa e desenvolvimento) das cadeias produtivas no Brasil, ao mesmo tempo que a indústria 4.0 ganha novas dimensões nos países do núcleo central. Esse quadro projeta rápido encolhimento do trabalho complexo no Brasil, inclusive na área de petróleo e gás, com a cessão onerosa com fragmentação de operações e desnacionalização dos operadores e, ainda, a venda de refinarias e o desmonte da indústria naval, medidas que, em conjunto, aceleram a desindustrialização, sem a contrapartida de avanço no setor de serviço de alta complexidade, que, ao contrário, é cada vez mais dependente de importações. O crescimento do agronegócio, a expansão dos rebanhos, as novas fronteiras para as mineradoras e o lucro pujante dos bancos, concomitantemente, permitem amalgamar esses segmentos do bloco no poder ao governo que lhe serve. As transformações estruturais na economia, desindustrialização, terceirizações, trabalho intermitente, turbinados pela reforma trabalhista, corroboram que a educação mercantil pode seguir sendo o eixo das políticas para a educação superior no Brasil. As organizações privadas representam 88% do total das instituições de ensino superior, com mais de 75% das matrículas, e 57% dos estudantes frequentam corporações sob controle financeiro. O Censo da Educação Superior do Inep de 2018 confirma que a maior parte das novas vagas no país já é de cursos distância, igualmente sob o controle de um pequeno grupo de fundos de investimentos que detém aproximadamente 65% do total das matrículas na modalidade. Não há incompatibilidade e conflito explícito das medidas de esvaziamento da

inteligência de estruturas do Estado com o bloco no poder. Todas as principais frações burguesas apoiam a Emenda Constitucional n. 95/2016, que impõe uma lei de ferro sobre os aparatos que incorporam inteligência no Estado, sobretudo universidades, institutos de pesquisa e aparatos de ciência e tecnologia, conformando, por meio do estrangulamento econômico, a força material da ideologia.

O bolsonarismo representado pelo núcleo ideológico – ministérios da Educação; Relações Exteriores; Meio Ambiente; Mulher, Família e Direitos Humanos – imbuído das fábulas do dito guru familiar está impregnado da crença de que possui a missão de realizar uma cruzada de combate ao “marxismo cultural”, o que o coloca em confronto aberto com os princípios constitucionais relativos aos direitos fundamentais e aos princípios que regem a educação e a ciência no Brasil. Escolas cívico-militares (Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019), o intento de retirar de Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira, a censura à dita ideologia de gênero, a tentativa de conferir às universidades uma função tecnocrática e utilitarista (Future-se),⁴ desvinculada das ciências sociais e das humanidades, são novas feições da autocracia burguesa no Brasil de hoje. A confluência das classes dominantes com o governo as coloca em linha com as ideologias que o estruturam. Embora pareça rude para alguns poucos constrangidos, essa aliança as torna coniventes com a política de afastamento da juventude expropriada e explorada da influência secular, laica e iluminista das universidades públicas. De fato, o apoio do bloco no poder ao governo é um incentivo à desconstituição de qualquer medida em prol da redução das desigualdades sociais e educacionais, especialmente a consolidação da ampliação da obrigatoriedade escolar, somente possível com a reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, responsabilizando a União por um percentual mais alentado do que os 10% atuais, passando para, pelo menos, 40% do total, medida considerada inaceitável pelo ministro da Educação. A Lei de Cotas, um alvo dos segmentos médios que o apoiam, é ressignificada pelo governo como coitadismo. Até o que as bancadas parlamentares de centro-direita reivindicam como positivo, a ampliação das universidades e institutos federais, está inviabilizada pelos draconianos cortes orçamentários e contingenciamento de recursos decorrente da referida EC 95, elaborada justamente pelas frações financeiras dominantes. A crença de que os militares seriam uma força racionalista capaz de reverter as tendências ideológicas fundamentalistas não está se confirmando: ou foram demitidos dos postos-chave do MEC, ou dirigem estruturas desidratadas orçamentariamente e estão sofrendo forte deslegitimação política e simbólica, excetuando-se os segmentos militares provenientes da direita associados à área de segurança interna e ao setor de infraestrutura.

Vistos em conjunto, os itens anteriores denotam que o ultraneoliberalismo em processo, estruturado pelo bloco no poder a partir da aliança com Bolsonaro, está plantando as bases de um novo contexto autocrático que possui diferenças específicas com a ditadura empresarial-militar, entre as quais o significado da radical recusa do pensamento crítico.

A ditadura estruturou todo um aparato jurídico para afastar professores e estudantes críticos ao regime das universidades (Ato Institucional n. 5/1968; Decreto n. 477/1969) como meio para incorporar aqueles que, em nome da ciência, se dispusessem a edificar a inteligência no aparato de Estado necessária ao capitalismo monopolista, ampliando a pós-graduação e consolidando empresas públicas com domínio tecnológico em áreas estratégicas: aeroespacial, satélites, engenharia pesada, agricultura, energia etc. O

contexto atual é outro: o conhecimento tem de ser expurgado de suas bases científicas, tidas como irrelevantes para parte dos setores dominantes ou como obstáculo ao apoio estatal ao padrão de acumulação capitalista dependente e, para a base social do bolsonarismo, uma ameaça ao modo de vida pretendido pelo fundamentalismo.

Conclusão

Quando sob feroz ataque, os que estão nas trincheiras podem não compreender a estratégia que preside as investidas que os desconcertam. As indicações feitas no presente texto sugerem que o problema não é a falta de conhecimento do que fazem as universidades e os centros de pesquisa: para as frações do bloco de poder que sustentam o governo, o que as universidades fazem não tem nenhuma relevância. A rigor, zombam da ciência feita no Brasil não por desconhecimento, mas por projeto, por interesse de classe. Os professores, os estudantes universitários e os cientistas não estão sozinhos nesses infortúnios. É toda a educação pública que está em jogo. E é toda a área de cultura que não se coaduna com a autocracia em processo. Por isso, vale retomar o início do presente texto. As coalizões democráticas, desde que com alianças realistas e não ilusórias, são a única forma de reverter a destruição das bases que podem estruturar projetos de nação em que caibam todos os povos e que sejam comprometidos com o bem viver, em prol do conhecimento, comum a todos os que possuem um rosto humano e que não pode ser mercantilizado.

Roberto Leher é professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

1 Reginaldo Prandi, “Os 12% do presidente – em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto?”, *Jornal da USP*, 13 set. 2019.

2 Marc-Olivier Bherer, “O ‘marxismo cultural’, fantasma preferido da extrema direita”, *Movimento – Crítica, teoria e ação*, 17 set. 2019.

3 Francisco Brito Cruz e Mariana Giorgetti Valente, “É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro”, *El País Brasil*, 28 out. 2018.

4 Roberto Leher, “‘Future-se’ indica a refuncionalização das universidades e institutos federais”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2 ago. 2019.

topo 

LE MONDE DIPLOMATIQUE - TEMPO REAL

A educação merece mais

As despesas realizadas pelo Ministério da Educação vêm caindo nos últimos anos. Corrigidas pela inflação, apresentam queda acumulada de 9,5% entre 2014 e 2017. Em 2018 e 2019, tomando como base as dotações de natureza primária previstas nas respectivas leis orçamentárias, a tendência de decréscimo se reverteria. Porém, em 2019 convivemos com contingenciamentos nas verbas discricionárias do Ministério da Educação, que atingem todos os níveis e etapas educacionais e já inviabilizaram um conjunto de programas este ano.

As universidades e institutos federais (Ifes) tiveram 30% de seus recursos de custeio e investimento contingenciados, e até setembro não havia nenhuma notícia de mudança nesse quadro. Contingenciamento que perdura até perto do fim do ano, na verdade, é

corte. Além de comprometer o pagamento de contratos vigentes, desmonta qualquer chance de planejamento financeiro qualificado.

O que esse corte significa do ponto de vista prático? A maior parte dos gastos de custeio das Ifes é com contratos de serviços terceirizados (limpeza, segurança, refeitório, manutenção de sedes agrícolas). Depois há o gasto com luz, água e material de consumo (combustível, gás, alimentos, alimentos para animais, medicamentos veterinários, material de laboratório, de expediente, de limpeza, insumos agrícolas etc.).

O corte aplicado inviabiliza a execução dessas despesas em muitas instituições até o fim do ano, o que pode acarretar demissões de terceirizados e inadimplência com fornecedores. Menos recursos circulando justamente na mão dos mais vulneráveis dentro da população ocupada. Projetos de ensino, pesquisa e extensão, visitas técnicas e aulas práticas são atividades-fim que foram afetadas. Capacitações, eventos de formação continuada e de caráter acadêmico foram cancelados. Diárias e passagens para atividades de trabalho dos servidores foram suspensas.

Orçamento 2020

Para o ano que vem, a análise da primeira proposta de orçamento do governo Bolsonaro não traz boas notícias para a educação. O orçamento global previsto para o Ministério da Educação, de acordo com levantamento do Todos pela Educação, é 17% menor do que o de 2019.

A redução atinge a educação básica – construção de creches e quadras esportivas, por exemplo –, passa pela educação profissional e tecnológica, e afeta a educação superior e as bolsas de pesquisa. O investimento previsto em infraestrutura ligada à educação básica tem uma queda de 54%. O orçamento previsto para a **Capes** é significativamente constrangido (cai de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 2,2 bilhões). Políticas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica e muitos programas de pós-graduação vão perder bolsas. Apenas nas bolsas de apoio à educação básica, tão importantes para a formação inicial e continuada de professores, a redução é de 43% para 2020.

Um corte preocupante é o previsto nos recursos discricionários da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituída por 38 institutos federais (IFs), dois Cefets e o Colégio Pedro II. O disponível para 2020 será o equivalente a 59,2% do orçamento de 2019. A rede federal tem desempenho no Pisa e no Enem melhores que as redes estaduais e as escolas particulares do Brasil, em dados de 2015. Pesquisa publicada este ano aponta que os resultados apresentados no Enem pelos IFs têm evolução positiva e significativa entre 2011 e 2015. Essa redução de recursos pune uma rede que já está em condições limítrofes de funcionamento, em função de contingenciamentos este ano.

O projeto de lei orçamentária para 2020 deixa 19% dos recursos ligados ao MEC condicionados à aprovação legislativa de crédito suplementar ou especial. Uma comparação entre o autorizado em 2018 e 2019 e o que está previsto para 2020 mostra redução nos valores globais das principais subfunções do Ministério da Educação. A tabela mostra esse cenário.

2018 2019 2020 Variação 2019 – 2020

Subfunções (Valores em bilhões de reais)

Assistência hospitalar e ambulatorial 8,731 8,971 6,618 -26,23%

Ensino profissional 11,594 12,605 11,588 -8,07%

Ensino superior 33,255 35,004 28,258 -19,27%

Educação básica 6,316 7,309 6,280 -14,08%

Transferências para a educação básica 15,547 17,138 11,482 -33,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

Premissas políticas

1 – Educação básica × educação superior

O governo Bolsonaro assumiu com o discurso de que iria priorizar a educação básica em detrimento da educação superior. Isso é constantemente reforçado pelo ministro da Educação.

Retirar recursos da educação superior e colocar na educação básica pode ser uma ideia “vendável” ao senso comum, mas não tem lógica política nem viabilidade técnica. Tratando apenas das instituições federais, sabemos que o gasto do MEC no ensino superior é constituído basicamente de despesas obrigatórias (salários, aposentadorias e encargos). Mesmo que se queira, não é possível mexer nesses gastos a curto prazo: a folha de pagamento terá seu crescimento vegetativo e as aposentadorias também. Os recursos de custeio que as Ifes recebem hoje é o mesmo de 2010, com muito mais cursos e alunos. O investimento de capital (para compra de máquinas, equipamentos e novas obras) do MEC caiu significativamente nos últimos anos, saindo de R\$ 10,4 bilhões em 2014 para R\$ 4,5 bilhões em 2018.

O sucateamento das instituições federais não produz recursos para a educação básica, pelo contrário, afeta a participação das universidades na melhoria da qualidade desta, que ocorre por meio da formação de professores, pesquisas e parcerias. Os contingenciamentos promovidos pelo governo afetam basicamente fornecedores, trabalhadores terceirizados e estudantes, e não representam um caminho razoável para a necessária ampliação de recursos na educação básica.

2 – Ataque às ciências humanas

Outra premissa do atual governo é que as ciências humanas são descartáveis, pois seriam áreas de baixa produtividade acadêmica e sem utilidade econômica. O presidente já afirmou que pretende, junto do ministro da Educação, “descentralizar” investimentos de faculdades de Sociologia e Filosofia para outras áreas, nomeadamente Medicina e engenharias. Eles identificam nas universidades e no ensino dessas disciplinas o lócus de uma suposta doutrinação política de esquerda, desconsiderando a pluralidade dessas

áreas.

Se compararmos o Brasil e a média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no que tange ao ingresso de estudantes em cursos de educação superior por área do conhecimento, identificaremos que nas áreas de engenharias e saúde o Brasil tem quase o dobro de ingressantes que a média da OCDE. Logo, já priorizamos essas áreas quando nos comparamos aos principais países do mundo. Por outro lado, tanto em ingressantes como em concluintes, as humanidades e as artes estão muito abaixo em relação à média da OCDE.

Como se pensa operacionalizar a referida “descentralização de investimento”? Cortando editais da **Capes** e do CNPq que fomentam pesquisas nessa área, e cortando bolsas de iniciação à docência e de pós-graduação – infelizmente esse é o plano. Quando pensamos na formação de professores especificamente, temos um cenário muito complicado.

O número de pessoas que procuram alguma licenciatura (20% das matrículas no ensino superior) vem caindo historicamente, e entre os jovens é cada vez menor o contingente dos que desejam lecionar. Esse fenômeno se torna ainda mais grave em algumas disciplinas, justamente as desprestigiadas pelo presidente e seu governo. Nos anos finais do ensino fundamental, apenas 35,6% dos docentes que trabalham a disciplina de Artes são formados na área: Geografia e História também têm índices baixos perto do ideal. No ensino médio, só 28,4% dos professores que ministram Sociologia são licenciados na área.

3 – A gestão privada seria melhor que a pública

O ministro da Educação e o da Casa Civil já falaram em público que a gestão de universidades privadas é melhor do que a gestão das públicas. O argumento mais utilizado é o referente ao custo por aluno das universidades públicas, em média maior do que de uma instituição particular. As federais, naturalmente, têm um corpo docente com dedicação exclusiva muito maior, além de estrutura, como diversos campi, que precisam de maior manutenção.

No custo aluno de uma universidade federal está incluso o pagamento de aposentados e pensionistas da instituição, por exemplo. No custo de uma universidade privada não, pois o docente que por lá passou e já se aposentou tende a estar aposentado pelo regime geral. Apenas essa diferença já distorce a comparação. Outra série de distinções teriam de ser feitas para traçar esse paralelo.

Caso adotássemos como referência os indicadores do Ministério da Educação como o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), as instituições públicas têm resultados sistematicamente melhores. O mesmo vale para o critério de produção acadêmica. Dados compilados pela Clarivate Analytics na base Web of Science mostram as principais produtoras de trabalhos científicos no Brasil. Das cinquenta instituições com maior número de publicações de impacto, 49 são públicas e uma é privada.

Não me parecem razoáveis as comparações, pois são ordens de grandeza e, por vezes, finalidades diferentes. Mesmo entre as universidades privadas há distinções: instituições

com fins lucrativos são diferentes das comunitárias. A gestão pública nem sempre pode ser pensada com as mesmas chaves de análise da gestão privada.

Ao mostrar que as universidades públicas dão uma resposta mais significativa em termos qualitativos, não estou dizendo que elas não mereçam críticas ou sejam imunes a problemas de alocação de recursos. Há muito espaço para aprimorar a eficiência na gestão das universidades públicas, aperfeiçoar critérios de avaliação docente, otimizar recursos de pesquisa, entre outros. Todavia, não será cortando o custeio básico dessas instituições e asfixiando-as material e ideologicamente que essas melhorias virão.

Como tais premissas influenciam a gestão educacional?

Depois de uma paralisia no primeiro semestre, o MEC divulgou alguns programas. Um deles é o Future-se, direcionado a universidades e institutos federais. A proposta visa transferir a gestão de atividades-fim das Ifes para organizações sociais (OSs), o que ataca frontalmente a autonomia universitária. Apresentado em proposta de lei genérica e confusa, o Future-se esbarra no histórico baixo investimento do setor privado em pesquisa e no regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95, que inibe a arrecadação própria das Ifes.

Na contenda do governo com as instituições federais, o elemento político tem centralidade. A tentativa de desqualificar o que é público é sim parte da construção da justificativa moral para os cortes orçamentários e para a disputa ideológica que o MEC quer empreender. Terceirizar a gestão das universidades em nome de suposta modernização foi a forma encontrada para cumprir dois objetivos nucleares: i) reduzir o poder político das comunidades acadêmicas, tomadas pelo governo como dominadas pelo “esquerdismo”; ii) possibilitar a contratação (via OS) de professores sem vínculo estatutário, um ato juridicamente problemático que visa dar fim à estabilidade. Isso permitiria pagar salários menores e abriria caminhos para diferentes formas de controle ideológico no serviço público.

Outra proposta anunciada pelo governo foi a das escolas cívico-militares. Baseado em premissas morais ligadas à imposição de “disciplina”, ao fomento do patriotismo e à negação das “humanas”, o governo lança um programa que desconsidera as evidências consolidadas do que realmente dá certo em educação. Mais sério do que isso, mistura instâncias distintas do serviço público: escolas não são quartéis, educação não é segurança pública. O modelo de escola militar é focalizado, pensado para grupos específicos de estudantes e qualquer extensão abre precedentes para medidas autoritárias, inclusive de criminalização de setores populares.

A opção por usar a pasta da Educação como locomotiva para uma “guerra cultural” é evidente. A influência do pensamento de Olavo de Carvalho se fez presente desde o primeiro ministro. Com o atual titular do MEC, essa agenda se soma à de Paulo Guedes; valores e instrumentos da gestão privada passam a ser a tônica da gestão educacional. Essa mistura de obscurantismo reacionário com premissas privatizantes formam um caldo nocivo para as políticas educacionais.

Há significativos consensos sobre quais são as prioridades na educação. Para concluir, elenco alguns desses pontos: i) atendimento à primeira infância com a garantia de creche de qualidade, em especial para a população mais vulnerável; ii) política de

valorização do professor, pensando em uma carreira progressivamente atrativa, para que mais jovens busquem a docência, e reforçando o caráter prático da formação inicial; iii) garantia da alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental, focando práticas e métodos com bons resultados e priorizando o desenvolvimento da consciência fonológica das crianças no processo de alfabetização; iv) ampliação significativa da oferta de ensino médio integrado à educação profissional; v) manutenção e ampliação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior; vi) ampliação do repasse da União para o Fundeb e proposta de mecanismos para garantir maior equidade na distribuição desses recursos entre as regiões, estados e municípios; vii) fomento da política de indução de qualidade, garantindo recursos para escolas e redes que atingirem seus objetivos, com base em critérios cooperativos.

A organização política para garantir mais planejamento e recursos para a educação é urgente.

Gregório Durlo Grisa é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, doutor em Educação e pós-doutor em Sociologia – UFRGS.

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

‘UFRGS na rua’ e greve de 48 horas: comunidade acadêmica se mobiliza contra cortes

Com o objetivo de mostrar as pesquisas e os projetos desenvolvidos dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a comunidade acadêmica da instituição realiza na próxima quarta-feira (2) a exposição pública ‘UFRGS na rua’. Durante o evento, que acontecerá das 14h às 19h no Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, serão apresentadas à população as pesquisas, os projetos de extensão e os serviços prestados pela comunidade acadêmica à sociedade.

Um dos trabalhos que compõem a mostra é, por exemplo, uma pesquisa que propõe uma forma de inibir o processo de proliferação de células cancerígenas do tipo meduloblastoma. O estudo em questão foi realizada em parceria entre a UFRGS, o Instituto de Câncer infantil e instituições canadenses.

A realização da exposição foi definida na assembleia geral de estudantes, técnicos e docentes da UFRGS, realizada no último dia 26.

Greve de 48h

Na quarta-feira (2) também será o início da greve nacional de 48h de estudantes e professores de universidades estaduais e federais contra os sucessivos cortes do Governo de Jair Bolsonaro (PSL) nos recursos voltados para o ensino superior público. Em Porto Alegre, a greve na UFRGS e na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) foi convocada pela Assufrgs, que representa os técnico-administrativos em educação das duas universidades e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). No IFRS a greve está convocada somente para a quinta-feira (3), pois no dia 02 estarão ocorrendo eleições internas no Instituto.

De acordo com o Sindicato, a paralisação de 48h foi um chamado da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical). Em nota, a Assufrgs afirma que a greve unitária já foi confirmada pelas entidades nacionais que representam docentes, técnico-

administrativos e estudantes de universidades e institutos de ensino superior público no país.

Equipamentos sem manutenção, menos pesquisadores e projetos adiados: como os cortes afetam a ciência brasileira

No dia 2 também acontece a paralisação nacional de estudantes e professores da pós-graduação de universidades estaduais e federais. A manifestação, que foi convocada pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela comunidade acadêmica e por trabalhadores da ciência e tecnologia, também é contrária aos cortes do governo Bolsonaro nos investimentos e nos recursos da pesquisa científica, como bolsas do CNPQ e da **Capes**, por exemplo. No dia 3, os pesquisadores irão realizar atos nas principais cidades do país.

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Pós-graduandos farão greve nesta quarta-feira contra cortes na pesquisa

Estudantes da pós-graduação e professores farão paralisação nas universidades estaduais e federais nesta quarta-feira (2) contra os cortes do governo Bolsonaro nas bolsas de pesquisa e nos recursos do ensino superior. Apesar de o Ministério da Educação ter anunciado na segunda-feira (30) o “descontingenciamento” de cerca de R\$ 2 bilhões, ainda restam outros R\$ 3,8 bilhões do orçamento previsto para este ano a serem liberados. O governo condiciona a liberação dos recursos à aprovação da “reforma” da Previdência, que supostamente ajudaria a melhorar as expectativas da economia.

Durante a paralisação, serão realizadas aulas públicas e atos nos campi de todo o país para discutir o impacto dos cortes para o desenvolvimento da pesquisa no país. Os pesquisadores afirmam que os investimentos em ciência e educação não podem ser utilizados como “moeda de troca” para aprovação de medidas de interesse do governo. A liberação tardia de recursos impõe um cenário de incertezas que impede o devido planejamento do setor, ameaçando, inclusive, o sustento dos bolsistas, que trabalham em regime de dedicação exclusiva.

Segundo a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), foram cortadas, desde o início do ano, 11.800 bolsas de estudo financiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Outras 4,5 mil bolsas pagas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão ameaçadas.

Os estudantes cobram o repasse imediato dos R\$ 330 milhões para o CNPq, a garantia do pagamento das bolsas da agência e o investimento de R\$ 948 milhões para o reajuste das bolsas, congeladas há seis anos, além do descontingenciamento do orçamento das universidades federais e outras instituições de ensino e pesquisa. Reivindicam ainda o investimento de 10% do PIB para a educação, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), a aplicação de 25% dos recursos do pré-sal e a derrubada da Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos sociais por 20 anos.

Segundo a pesquisadora Bia Lopes, integrante da ANPG, a reposição anunciada é insuficiente e o manejo do orçamento pelo ministro da Educação, Abraham Weitraub, revela desconhecimento sobre o funcionamento da produção científica no Brasil. “A gente sabe que esse valor não corresponde à necessidade das universidades, institutos

federais e das bolsas de pesquisa. Não foi à toa que esse anúncio foi feito um dia antes da greve dos pós-graduandos. Mas seguiremos organizados para utilizar essa semana como mobilização e conscientização dos estudantes, pesquisadores e bolsistas”, disse ao Jornal Brasil Atual, nesta terça-feira (1º).

Pesquisadores nas ruas

Na quinta-feira (3), os pesquisadores saem às ruas das principais cidades do país para alertar a população sobre os riscos da falta de investimento no desenvolvimento científico. Em São Paulo, os manifestantes se concentram a partir das 17h, na Avenida Paulista, em frente ao Masp.

“É preciso ter estabilidade no financiamento porque, se não, não se consegue gastar e produzir conhecimento, nem fazer com que as universidades funcionem. É um absurdo ficar o ano inteiro falando que vai contingenciar, que não vai ter dinheiro, e liberar um pouquinho no final do ano, sem que as universidades tenham como gastar. É, no mínimo, falta de conhecimento de como funciona o processo científico”, criticou a pesquisadora Mariana Moura, fundadora do coletivo Cientistas Engajados.

Ela lembrou que o presidente Jair Bolsonaro, durante a campanha, prometeu aplicar 3% do PIB em ciência e tecnologia. Nos últimos anos, esse investimento tem girado entre 1,2% e 1,5%. Ela comparou com países desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa, que há décadas investem em torno de 2,5%. Na Coreia do Sul, esse índice atinge 3% e na China, 4%. Sem a aplicação de mais recursos, o Brasil vai continuar a produzir “ciência de ponta” apenas em alguns setores, como a agropecuária. Nesse setor, segundo Mariana, cada R\$ 1 investido em pesquisa traz até R\$ 12 de retorno em produtividade.

Para o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas (Unicamp) Wagner Romão, o manejo dos recursos pelo ministro é um tipo de “terrorismo” que ameaça a autonomia das instituições de ensino. “O que ele está fazendo é um tipo de terrorismo, de ameaça, com esses cortes e contingenciamentos, que dificultam em muito a forma de gestão das universidades. Reitores estão tendo que lidar com emergências de dispêndio de recursos, para poder pagar as contas de água, luz e os serviços de segurança e limpeza. Estão sendo ameaçados, desde o início do ano, sobre se esses recursos vão aparecer. Que tipo de gestão é possível fazer com esse clima?”, questionou.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Após MEC anunciar liberação de verba, reitor da UFBA diz que valor não é suficiente: Vamos continuar brigando

Instituição baiana deve receber R\$ 24 milhões que, segundo administrador, serão usados para pagar contas atrasadas e ajudar a manter funcionamento.

Após o anúncio do descontingenciamento de R\$ 1,156 bilhão para as instituições federais, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na segunda (30), o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Carlos Salles, afirmou que o valor ainda não é suficiente para o pleno funcionamento das unidades.

Em entrevista à reportagem da TV Bahia, o professor, que também é presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), informou que vai continuar lutando pela liberação total de recursos.

"O MEC, com isso, está reconhecendo que as universidades não podiam passar mais tempo sem a liberação de recursos, sem liberação de crédito e limite para empenhar faturas. Mas ele não é ainda suficiente para a execução orçamentária plena das universidades, e nós vamos continuar brigando por isso".

O reitor informou ainda que a Ufba deve receber R\$ 24 milhões com o descontingenciamento anunciado pelo MEC. O dinheiro, segundo João Salles, será usado para pagar dívidas da instituição acumuladas com a redução de verbas.

"São as despesas correntes de luz, água, limpeza, vigilância, manutenção. Tudo isso para garantir o funcionamento regular das universidades. Havendo esses recursos, nós vamos correr para pagar faturas. Algumas universidades precisam até de suplementação orçamentária. Algo que é conhecido do MEC".

Redução de gastos

Na última semana, a Ufba anunciou uma série de mudanças no funcionamento da instituição para diminuir os gastos, por causa da redução orçamentária.

Entre as ações estão a proibição de realizar ligações telefônicas de fixo para celular, suspensão de obras e serviços, proibição de eventos a partir das 17h e nos fins de semana, redução no uso dos elevadores, além de desligamento de ar-condicionados.

A universidade também suspendeu as atividades de duas bibliotecas e alterou o horário de funcionamento de outras durante os finais de semana.

As principais medidas são:

Suspensão de aditivos contratuais de obras, aquisição de bens, serviços e locações que importem em aumento de valores nos contratos;

Suspensão de aquisição de materiais de consumo, exceto os destinados às atividades essenciais das unidades;

Suspensão de eventos a partir das 17 horas e em feriados e finais de semana, exceto os relacionados às atividades curriculares obrigatórias e outros que justifiquem o caráter excepcional;

Suspensão de concessões de passagens e diárias para participação em eventos, seminários e congressos, exceto para representação institucional e realização de concursos docentes;

Suspensão de ligações de telefone fixo para móvel e restrição de ligações interurbanas e internacionais;

Redução do uso de elevadores, ressalvado assegurar mobilidade de pessoas com deficiências;

Desligamento de aparelhos de ar-condicionado, exceto em espaços sem ventilação natural e em laboratórios, museus e bibliotecas onde sejam justificadamente imprescindíveis, contribuindo assim para a redução do consumo de energia elétrica e das despesas com manutenção;

Contingenciamento

Desde o início deste ano, o MEC já passou por dois "cortes": R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho.

Mesmo após o descontingenciamento anunciado na segunda-feira, a situação das universidades ainda é de incerteza porque R\$ 1,2 bilhão ainda segue bloqueado.

As universidades já estão na metade do segundo semestre e parte ainda não sabe se vai conseguir manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os valores descontingenciados não vão repor todas as perdas acumuladas na área.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Verba de R\$ 7,9 bilhões para universidades em 2020 depende de aval do Congresso

Quando chegou há dois anos em João Pessoa para fazer faculdade, o pernambucano Luiz Henrique Pessoa, de 21 anos, levava uma pequena mala e o dinheiro que recebeu de aulas particulares. "Se o processo de concessão de bolsas fosse demorado, teria de trancar a matrícula e voltar ao Recife. Confiei que daria certo, e deu", diz o aluno de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Com o atual cenário de verbas restritas nas instituições, ele se esforça para manter o otimismo.

O receio de Luiz, assim como de milhares de alunos nas federais, é que falem recursos para a assistência estudantil no próximo ano. A proposta do governo para o orçamento das universidades em 2020 inclui recursos que não estão em caixa. Diferentemente de outros anos, o montante previsto para as instituições só vai se materializar caso o governo receba aval do Congresso para "quebrar" a norma batizada de regra de ouro.

O mecanismo, criado para garantir a saúde das contas públicas, impede a contratação por parte do Executivo de empréstimos para pagar despesas correntes, como salários e contas de luz. É o primeiro ano em que o orçamento das universidades, de R\$ 54 bilhões, mostra uma cifra que ainda não existe. Essa fatia corresponde a R\$ 7,9 bilhões, 15% da proposta orçamentária para 2020.

Cenário

Reitores também estão preocupados. Presidente da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes de Institutos Federais de Ensino Superior (Andifes), Sérgio Cerqueira diz que aproximadamente 40% do orçamento discricionário das universidades, como são chamadas as despesas não obrigatórias, depende dessa segunda aprovação no Legislativo.

Nesse grupo, estão incluídas as despesas com serviços terceirizados, como segurança e limpeza, e também os programas de assistência estudantil. Os percentuais variam conforme a universidade. Pelas contas da Andifes, com o orçamento "tradicional", que não está condicionado a uma segunda votação de parlamentares, seria possível financiar as contas somente até setembro.

"O fato é que não estamos seguros com relação aos recursos que vão chegar", constata Cerqueira. Embora R\$ 7,9 bilhões da proposta do orçamento de 2020 dependam de uma segunda rodada de negociações com parlamentares para a quebra da regra de ouro, o Ministério da Educação (MEC) considera que o recurso está garantido. Oficialmente, a pasta diz que no projeto para 2020 o orçamento das universidades terá aumento de R\$ 5,2 bilhões, se comparado ao de 2019.

Mas para a maior parte dos reitores, o que vale é o que está no orçamento "real". Por esse critério, o projeto de lei de orçamento de 2020 é R\$ 2,8 bilhões menor do que o de 2019. A verba curta se soma ao problema que ocorre todos os anos - o contingenciamento (bloqueio).

"As dificuldades vão se somando e a situação, agravando-se ano a ano", diz Cerqueira, reitor da Universidade Federal de São João Del Rei (MG). Para ele, não há dúvida de que isso acaba afetando a qualidade de ensino.

Tramitação

O MEC afirmou, em nota, que o Projeto de Lei Orçamentária para 2020 ainda está em tramitação no Congresso e, por isso, está sujeito a alterações por emendas de parlamentares. A pasta trabalha com valores totais da proposta apresentada ao Legislativo, incluindo valores descritos no orçamento "tradicional" e a proposta sob "supervisão" dos parlamentares - a fatia do orçamento que só poderá ser liberada caso haja autorização para a emissão de dívida.

Assim, para o MEC não há queda da verba para assistência. Na proposta de lei orçamentária, o orçamento para a assistência estudantil é de R\$ 1,07 bilhão, mesmo valor de 2019. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Reitores comemoram desbloqueio de verbas do MEC

O desbloqueio parcial do orçamento do Ministério da Educação (MEC) permitirá que universidades federais paguem as contas de setembro e outubro, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Nota divulgada por reitores informa que a liberação é uma boa notícia, mas as instituições ainda precisarão de mais recursos para fechar o ano com as contas em dia.

"É uma boa notícia. Ainda estamos identificando qual parcela desse valor é das universidades federais e qual é a dos institutos. Significa que as contas de setembro e outubro poderão ser pagas", disse, em nota divulgada pela entidade, o presidente da Andifes, João Carlos Salles.

Ontem (30), o MEC anunciou que destinará às universidades e institutos federais R\$ 1,156 bilhão, o equivalente a 58% do total de R\$ 1,99 bilhão da pasta desbloqueados pelo Ministério da Economia.

Com o desbloqueio, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com cerca de 15% dessas verbas contingenciadas.

Os recursos liberados serão usados, de acordo com a Andifes, nas despesas de custeio para funcionamento das universidades federais, como energia, limpeza, vigilância, combustíveis, insumos para os laboratórios de ensino e pesquisa e a manutenção dos restaurantes universitários, que atendem os alunos carentes.

"Continuaremos a dialogar com o Congresso Nacional e o Governo Federal. Para

CLIPPING



completar o ano, as universidades federais precisam da liberação de 100% do orçamento previsto na LOA [Lei Orçamentária Anual] e, em alguns casos, de suplementação, pois existem dívidas de anos anteriores", afirmou Salles.

A Andifes irá realizar, nos próximos dias, um levantamento preciso da situação de cada universidade. Ao todo, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

